UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PRODUÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

GABRIELA FICO DA ROCHA

PROJETO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS
ESPETÁCULO TEATRAL "BARBACENA – FRAGMENTOS DA LOUCURA"

Memorial do Produto

Salvador
2018

GABRIELA FICO DA ROCHA

PROJETO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS
ESPETÁCULO TEATRAL "BARBACENA – FRAGMENTOS DA LOUCURA"

Memorial descritivo apresentado ao curso de graduação em Comunicação – Produção em Comunicação e Cultura, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Gisele Marchiori Nussbaumer

Salvador

2018

RESUMO

Este memorial tem como objetivo refletir sobre o processo de captação de recursos para o espetáculo teatral “Barbacena – Fragmentos da Loucura”, que resultou na elaboração de um projeto cultural (produto) que se desdobra em três: o projeto elaborado para edital do Fundo de Cultura do Estado da Bahia (FCBA), o projeto elaborado para inscrição na Lei Rouanet (incentivo fiscal) e, por fim, o projeto para ser apresentado junto a iniciativa privada na busca por patrocínio. O espetáculo “Barbacena – Fragmentos da Loucura” consiste na primeira adaptação do livro “Holocausto Brasileiro”, da escritora, jornalista e documentarista Daniela Arbex, para os palcos.

Palavras-chave: projeto cultural, financiamento à cultura, captação de recursos.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO – 5

2. FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA 6

2.1. OS PROJETOS CULTURAIS – 6

2.1.1. Estrutura de um projeto cultural
2.1.1.1. Resumo
2.1.1.2. Apresentação
2.1.1.3. Justificativa
2.1.1.4. Públicos alvo
2.1.1.5. Objetivos
2.1.1.6. Cronograma de execução
2.1.1.7. Ficha técnica
2.1.1.8. Planos de divulgação/comercialização/distribuição/contrapartida
2.1.1.9. Orçamento
2.1.1.10. Tópicos complementares

2.2. O FINANCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS – 13

2.2.1. Fundos de Cultura
2.2.1.1. O Fundo Nacional de Cultura (FNC)
2.2.1.2. O Fundo de Cultura do Estado da Bahia (FCBA)

2.2.2. Leis de Incentivo
2.2.2.1. A Lei Rouanet (Brasil)
2.2.2.2. O FazCultura (Bahia)

3. O PRODUTO: PROJETO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O ESPETÁCULO "BARBACENA – FRAGMENTOS DA LOUCURA" 23

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DA PROPOSTA – 23

3.1.1. A Giro Planejamento Cultural
3.1.2. O espetáculo "Barbacena – Fragmentos da loucura"

3.2. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS – 33

3.2.1. Via Fundo de Cultura do Estado da Bahia
3.2.2. Inscrição na Lei Rouanet e a busca por patrocínio privado

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS (O DIFERENCIAL E OS RESULTADOS) – 38

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....40

ANEXOS.....43

1. APRESENTAÇÃO

O presente memorial tem o objetivo de registrar o planejamento e as estratégias de captação do projeto “Barbacena – Fragmentos da Loucura”, que se configura como a primeira adaptação teatral do livro “Holocausto Brasileiro”, da escritora Daniela Arbex.

A proposta nasce a partir de uma inquietação acerca da loucura e do tratamento que se dá ao sujeito classificado enquanto louco na história da sociedade brasileira. Tal inquietação está associada ao trabalho desenvolvido na produção do espetáculo carioca “Estamira – Beira do Mundo”, baseado no documentário “Estamira”, do diretor de cinema Marcos Prado.

Com “Estamira”, realizamos inúmeras apresentações em instituições de saúde mental, a exemplo da Colônia Juliano Moreira (RJ), Instituto Municipal Nise da Silveira (RJ) e diversos Centros de Atenção Psicossocial, também localizados no estado do Rio de Janeiro. O objetivo das atividades era utilizar a arte enquanto uma ferramenta de estímulo e auxílio da reintegração social dos pacientes, um dos maiores desafios da reforma psiquiátrica no Brasil.

No livro “Holocausto Brasileiro”, Daniela Arbex faz uma denúncia sobre os horrores vividos pelos internos do Hospital Colônia de Barbacena, ativado no ano de 1903. O Colônia foi o cenário de 60.000 mortes resultantes de maus tratos, episódio associado ao Holocausto na Europa, devido a diversas semelhanças no que diz respeito ao tratamento dado aos pacientes.

Este memorial está dividido em três etapas. Na primeira delas são descritos os passos para a elaboração de um projeto cultural, com foco no financiamento através de editais e leis de incentivo. No segundo momento são expostas as principais formas de financiamento a projetos culturais ativas no âmbito federal (Ministério da Cultura do Brasil) e estadual (Secretaria de Cultura do Estado da Bahia).

Por fim, é apresentado o projeto “Barbacena – Fragmentos da Loucura”, assim como as estratégias de captação a ele associadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA

2.1. OS PROJETOS CULTURAIS

A questão do financiamento a cultura e a captação de recursos para a atual produção cultural brasileira está diretamente atrelada às leis de incentivo fiscal, oriundas das esferas federal, estaduais e municipais. As receitas dos órgãos públicos destinadas à cultura no país são restritas a ponto de muitas vezes suas próprias instituições disputarem com produtores, artistas e gestores por financiamento privado.

A busca pelo patrocínio privado é consequência de um movimento mundial introduzido nos anos 80, em decorrência da crise econômica e do neoliberalismo, que resultou em cortes de financiamento, sobretudo para os campos sociais e culturais.

O advento das leis de incentivo fiscal, decorrente desse contexto leva a um deslocamento, da função do Estado – que ocupava anteriormente o papel de mecenas – para uma espécie de agente regulador e facilitador, possibilitando a entrada do capital privado no mercado cultural brasileiro, de forma ativa e hegemônica. É importante ressaltar que esta é uma ferramenta criada pelo poder público com o propósito de instigar o investimento empresarial em iniciativas artístico-culturais.

Com o fortalecimento das leis de incentivo e, mais recentemente, o aumento dos editais voltados para a área, evidencia-se uma maior necessidade de qualificação dos profissionais atuantes no campo cultural. Os agentes passam a ter que dominar competências relacionadas a formulação de projetos culturais, planejamento e captação de recursos, assim como de todas as etapas de produção, tendo em vista diferentes normas inerentes aos mecanismos de financiamento.

O objetivo central da elaboração de um projeto cultural é o desenvolvimento e a realização de um produto cultural, englobando o levantamento dos serviços e ações necessárias para a sua execução, assim como os principais resultados a serem obtidos. São inúmeras as possibilidades no que diz respeito às iniciativas que podem ser propostas nesse segmento: restaurações de museus, exposições de artes visuais, gravações de discos, produtos audiovisuais, pesquisas para publicações, edição e lançamento de livros, espetáculos teatrais, shows, feiras e festivais, dentre outros.

Para a elaboração e o planejamento da captação de um projeto cultural, é essencial conhecer o seu público de interesse, assim como identificar empresas que possuam serviços e artigos voltados para esse público consumidor. Além disso, faz-se

necessário medir a possível atração da mídia pela proposta e, sempre que plausível, promover pesquisas por intermédio de ferramentas quantitativas e qualitativas, visando obter resultados mais precisos acerca das questões apontadas.

A construção de um projeto de cunho cultural é o início da operacionalização de uma ideia. Nele é necessário apresentar os dados cruciais para o entendimento do que está sendo proposto: como será feito, custos, informações sobre a equipe, a quem se destinará, onde e quando acontecerá. É importante que o material seja sucinto, com textos claros e articulados, sem pormenores excessivos.

Para dar corpo a uma proposta é crucial sistematizar as ações e procedimentos, fatores desencadeantes do resultado final. Trata-se de descrever, de maneira estruturada, as atividades que comporão cada etapa que integra o projeto.

Apesar de existirem distintas formas de se elaborar um projeto cultural, cuja estrutura variará de acordo com o mecanismo de captação – leis de incentivo ou editais (federais, estaduais, municipais) ou ainda captação direta, a maior parte delas está baseada nas mesmas informações.

2.1.1. Estrutura de um projeto cultural

Os projetos culturais possuem, normalmente, uma estrutura básica que é demandada aos proponentes, pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela execução dos mesmos. A seguir, descreveremos os principais tópicos que compõem a estrutura de um projeto cultural e outros solicitados no formulário da Lei Rouanet e alguns editais.

2.1.1.1. Resumo

Este tópico deverá conter de forma resumida o que se pretende realizar, os dados básicos sobre a iniciativa cultural, descritos preferencialmente em até 1.000 (hum mil) caracteres. Trata-se de uma síntese da proposta com as informações essenciais relacionadas à sua compreensão.

2.1.1.2. Apresentação

A apresentação é, na maior parte das vezes, o ponto inicial para a elaboração de um projeto cultural. Ela deverá abarcar as informações fundamentais para a

compreensão da proposta de maneira integral, descrevendo claramente o seu objetivo central e resultados previstos. É recomendável relatar o histórico do produto cultural, como surgiu a ideia, os resultados esperados a curto, médio e longo prazo, assim como os possíveis impactos. Deve apresentar os principais profissionais envolvidos e suas respectivas experiências na área, uma descrição geral sobre a proposta e suas etapas, qual é o público alvo da mesma, o(s) período(s) e local(is) de realização.

2.1.1.3. Justificativa

Este é o momento de certificar a importância cultural da iniciativa proposta – destacando as suas principais características, referentes, por exemplo, à tradição, inovação, criatividade e desdobramentos futuros – associada à capacidade dos organizadores em efetivá-la. Nesse ponto, deverão ser expostas e defendidas as razões pelas quais o projeto deve ser realizado e o que o torna socialmente relevante. É crucial também dar ênfase às conjunturas que sustentam a sua execução e que o diferenciam.

A justificativa deverá ser clara e estruturada de maneira objetiva, baseada em argumentos consistentes, com o intuito de convencer as comissões avaliadoras sobre o mérito e a originalidade da iniciativa. É aconselhável a introdução de dados históricos e de pesquisa relacionados ao panorama de atuação do projeto, visando desse modo embasar solidamente os argumentos colocados.

Segundo Renata Alexandrina Lourenço e Silvia Maria Emerenciano de Melo:

> O ponto de partida poderá ser: "por que o seu projeto deverá ser realizado?". A partir desta pergunta central, tente enumerar todas as razões que nos levam a acreditar no potencial do projeto e a querer realizá-lo. Outras indagações fundamentais são: "em que contexto sociocultural o meu projeto está inserido?" e "que importância terá a sua realização para esse contexto". (LOURENÇO e MELO, 2014, p.34)

2.1.1.4. Públicos alvo

É de suma importância atestar pleno domínio sobre o perfil do público de interesse da proposta cultural, assim como a previsão quantitativa direta e indireta acerca deste público. Quanto maior a demonstração do conhecimento de tal aspecto do projeto, maior será a capacidade do leitor/avaliador/patrocinador de avaliar a relevância da iniciativa de maneira eficiente.

A estimativa do público direto está associada ao número de pessoas diretamente impactadas pelo projeto. As ferramentas para o levantamento deste dado dependerão do caráter da proposta desenvolvida, mas na maior parte das vezes refere-se à capacidade do espaço de realização (no caso de eventos como shows musicais e apresentações teatrais), do número de vagas disponibilizadas (a exemplo de atividades formativas) ou da quantidade de exemplares produzidos (tendo como base a publicação de livros, catálogos, produção de cds e dvds).

Já o quantitativo do público indireto está relacionado também ao total de indivíduos atingidos pelas estratégias de divulgação da proposta, sobretudo através dos veículos massivos (rádio, impressos e televisão).

2.1.1.5. Objetivos

É ponto fundamental de um projeto de cunho cultural, pois por meio do objetivo – o qual poderá ser geral ou específicos – será possível nortear as ações que serão desenvolvidas ao longo da proposta. Trata-se, portanto, da indicação dos principais resultados que se pretende atingir, levando em consideração os produtos produzidos e atividades oferecidas, assim como os seus benefícios.

- Objetivo geral: corresponde ao principal produto do projeto e possui caráter amplo. Recomenda-se que esteja contido em um parágrafo, o qual deverá informar de forma breve o que se pretende realizar.
- Objetivos específicos: é usualmente organizado através de tópicos que deverão tratar dos possíveis desdobramentos associados ao objetivo geral, mas de modo menos abrangente.

2.1.1.6. Cronograma de execução

A principal estratégia para elaborar um cronograma de execução eficaz é listar todas as ações necessárias para executar os objetivos do projeto (geral e específicos) ordenando-as por etapa de realização, preferencialmente: pré produção (momento prévio da execução da proposta), produção (execução de fato) e pós produção (momento posterior à realização). As atividades deverão ser agrupadas cronologicamente em etapas, contendo as suas respectivas datas de início e finalização, com o intuito de prever o tempo necessário de execução de cada uma destas fases.

Existem diversos tipos de modelos – sendo os mais usuais os formatos de planilha, tabela ou tópicos – para a construção de um cronograma de execução e cada produtor deverá elaborar este item da maneira que considerar mais adequada para compartilhar com a sua equipe de trabalho.

2.1.1.7. Ficha técnica / equipe executora

É importante que a equipe de um projeto cultural seja composta por profissionais atuantes na área, de preferência com algum tipo de experiência na função que será exercida. Deste modo, este ponto deverá conter os nomes dos principais membros do grupo de trabalho, descrevendo a função que será desempenhada e apresentando currículo resumido com ênfase na sua área de atuação.

2.1.1.8. Planos de divulgação / comercialização / distribuição / contrapartidas

O item correspondente ao plano de divulgação diz respeito às estratégias que serão adotadas pelo projeto, de caráter de divulgação, com o intuito de impactar e informar o seu público alvo. É fundamental prever as ações de mídias essenciais para a promoção das iniciativas da proposta, indicando o tipo, especificações, formato, ocorrência e período de veiculação/distribuição. Segundo Lourenço e Melo:

> o plano de divulgação prevê todas as ações de mídia necessárias para a promoção do produto gerado pelo projeto e, portanto, para o alcance do público previsto. Demonstra, também, a capacidade de comunicação de um projeto cultural, fator significativo na hora em que este é avaliado por potenciais patrocinadores, pois é no material de divulgação e promoção do projeto que suas marcas serão veiculadas. (LOURENÇO e MELO, 2014, p.64)

Um plano de comunicação eficiente deverá ser o mais completo possível, de acordo com o perfil da respectiva iniciativa cultural, mas também precisa demonstrar coerência com a planilha orçamentária da proposta.

No plano de distribuição é necessário apresentar os principais dados referentes ao quantitativo dos produtos e bens culturais produzidos pelo projeto, especificando os valores e forma de distribuição prevista. É importante estar atento no caso de submissão da proposta a leis de incentivo (federal, estaduais e municipais) ou editais de financiamento da área cultural (oriundos da iniciativa pública ou privada), pois cada um

destes mecanismos possui particularidades no que diz respeito às normas para distribuição ou comercialização de produtos culturais.

Plano de contrapartida refere-se à proposta de retorno previsto aos patrocinadores e parceiros de um determinado projeto cultural e deverá estar alinhado com o plano de divulgação oferecido. Usualmente, o produtor responsável deverá elaborar planos de contrapartidas distintos, voltados para diferentes cotas de patrocínio. Tais contrapartidas envolvem, na maior parte das vezes, retorno de imagem para a empresa – através da aplicação das logos no material de comunicação do projeto, agradecimentos em eventos ou atividades, dentre outros – assim como estratégias negociais: ações que possibilitem ao patrocinador promover iniciativas voltadas para o seu público alvo, a exemplo do fornecimento de cortesias e visitas ao camarim dos artistas participantes da proposta.

2.1.1.9. Orçamento

O orçamento é um dos pontos cruciais de um projeto cultural e deverá ser elaborado de maneira mais exata possível, pois é também através dele que será avaliada a viabilidade de execução da iniciativa.

Trata-se de um plano financeiro, apresentado preferencialmente no formato de planilha, a qual deverá especificar todas as despesas necessárias para que as ações do projeto sejam integralmente realizadas. A planilha deverá ter uma estrutura coerente com o perfil da proposta e estar de acordo com os valores praticados no mercado cultural.

2.1.1.10. Tópicos complementares

Além desses tópicos que compõem um projeto cultural básico, outros são por vezes solicitados e estão relacionados, muitas vezes, a questões como acessibilidade, democratização do acesso e impacto ambiental.

A **acessibilidade** é um item presente no formulário de preenchimento de inscrições de propostas para a Lei Rouanet e se refere a estratégias que visem garantir o acesso de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e pessoas idosas aos locais onde se realizarão as atividades culturais, bem como o acesso aos seus respectivos conteúdos, sem prejuízos. As exigências são fundamentadas nos artigos 47, 48, 50, 51 e

52 da Instrução [1]Normativa em vigor atualmente. Dentre as medidas a serem indicadas é possível incluir garantias de acesso estruturais, a exemplo de elevadores, rampas, portas largas e pisos táteis; e de conteúdo, como impressão de material em braile, tradução simultânea em linguagem de sinais, inclusão de legendas e audiodescrição.

A democratização de acesso é também um componente do formulário da Lei Rouanet e exige que, caso a proposta cultural preveja a comercialização de ingressos ou produtos, seja assegurada a democratização de acesso a estes bens à população por meio do Plano de Distribuição de produtos culturais. Os artigos reguladores deste item são os 53, 54 e 55 da Instrução Normativa[1] em vigor no ano de 2017 e dentre os seus principais requisitos estão:

- 10% (dez por cento) do número total de ingressos ou produtos deverão ser distribuídos de forma gratuita à população;
- Limitação do número de ingressos ou produtos destinados aos patrocinadores do projeto, em 10% (dez por cento) dos respectivos totais;
- Limitação do número de ingressos ou produtos distribuídos com fins de divulgação, em 10% (dez por cento) dos respectivos totais;
- Mínimo de 20% (vinte por cento) para comercialização em valores que não ultrapassem o valor mensal do Vale-Cultura (art. 8º da Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012);
- Máximo 50% (cinquenta por cento) para comercialização em valores a critério da organização desde que o preço médio do ingresso ou produto não ultrapasse 3 (três) vezes o valor mensal do Vale-Cultura (com exceção de projetos cujo o produto principal seja apresentado no exterior).

Quanto ao **impacto ambiental**, também presente no formulário da Lei Rouanet, é solicitado ao responsável pelo projeto informar se a iniciativa gerará impactos para o meio ambiente. É recomendável ter em mente que, segundo a mesma Instrução Normativa que entrou em vigor no ano de 2017, a proposta deverá ser desenvolvida tendo como base a sustentabilidade ecológica, visando a preservação e salvaguarda do meio ambiente.

[1] Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/instrucao-normativa-rouanet-2017/10883> Acesso em: 15 mar,2018.

2.2. O FINANCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS

2.2.1. Fundos de Cultura

2.2.1.1. O Fundo Nacional de Cultura (FNC) – Ministério da Cultura do Brasil

A criação da Lei de Incentivo Fiscal Rouanet (Lei 8.313/1991), em 1991, a partir da suspensão da antiga Lei Sarney, instituiu também o retorno do antigo Fundo de Promoção Cultural do Ministério da Cultura do Brasil (Minc), que passou a ser nomeado como Fundo Nacional de Cultura (OLIVEIRA, 2010).

O Fundo Nacional de Cultura (FNC) se configura como um fundo de natureza contábil com prazo indeterminado de duração, proveniente de arrecadação e outros recursos públicos que permite ao Minc investir de maneira direta em propostas culturais, a partir da celebração de convênios e outras ferramentas similares. O seu caráter de indeterminabilidade possibilita que iniciativas que sejam formadas por ações continuadas (com um maior tempo de duração) também se utilizem destes recursos (BRASIL, 2010).

O funcionamento do FNC se dá sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis, direcionados prioritariamente por meio de seleções públicas com comissões representativas específicas, habilitadas para avaliar o mérito artístico-cultural das propostas interessadas em pleitear os recursos disponibilizados. Neste sentido, é importante dizer que o FNC deve favorecer a descentralização regional dos recursos, setorial e estética, com o objetivo de incentivar as mais variadas expressões culturais brasileiras, potencializando diferentes setores da cadeira produtiva.

No que diz respeito ao seu orçamento – cujo capital é oriundo do Tesouro Nacional; de doações e legados; da arrecadação de concursos e loterias federais; do reembolso das operações de empréstimos realizados através do Fundo, a título de financiamento reembolsável – os incentivos são encaminhados com base no planejamento e decisão de todas as unidades e instituições que compõem o Minc. As seleções dão preferência a propostas com menos possibilidade de execução com recursos próprios ou via captação privado e o apoio se dá através de convênios, prêmios, subsídios para intercâmbios culturais ou bolsas.

O FNC é composto por recursos de diversos segmentos estatais, tendo assim variação do montante a ser aplicado – o que depende da disponibilidade de suas fontes,

tendo em vista as especificidades de cada uma delas. Desta forma, o Fundo Nacional de Cultura se apresenta como o mecanismo cultural com o maior número de fontes distintas.

Por fim, é de obrigação do FCN seguir as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura (SNC) do Ministério da Cultura – que infere iniciativas conjuntas entre os governos federal, estadual e municipal – e operar atividades descentralizadas com estados e municípios, tendo como consequência a potencialização dos resultados com articulação dos investimentos.

2.2.1.2. O Fundo de Cultura do Estado da Bahia (FCBA) – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

Criado em 2005 pela Lei 9.431, o Fundo de Cultura do Estado da Bahia (FCBA) é uma das principais ferramentas legais de incentivo às produções artísticas baianas – propostas por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado – e é gerido pela Secretaria e Cultura do Estado (SECULT BA), em associação com a Secretaria da Fazenda.

Por meio da Lei, foi instituído que um percentual do ICMS (IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS) arrecadado pelo Estado deverá ser investido em cultura, com o intuito de fomentar e difundir produções artísticas/culturais do território baiano e desta forma contribuir para a manutenção da sua pluralidade.

É importante dizer que a fonte majoritária dos recursos, têm sido pessoas jurídicas contribuintes do ICMS que deduzem uma parcela do imposto devido para a conservação do Fundo. Deste modo, é possível concluir que a manutenção do FCBA também se utiliza de estratégias de dedução fiscal, com a diferença de que a escolha dos projetos incentivados não é realizada pelas empresas, e sim, pela SECULT BA, seguindo fundamentos estabelecidos previamente e disponibilizados também para consulta pública (PEDRA, 2013).

Um dos principais critérios da SECULT BA para a seleção das propostas é dar preferência àquelas que, apesar de extrema relevância e valor, não possuam suficiente apelo para o mercado, dificultando a captação através das leis de incentivo fiscal ou patrocínio direto por meio da iniciativa privada.

O FCBA está organizado em linhas de apoio, que dialogam com as diretrizes da SECULT BA. São elas: Ações Continuadas de Instituições Culturais; Eventos Culturais Calendarizados; Mobilidade Artística e Cultural, Editais Setoriais e Agitação Cultural.

Todas as informações referentes aos métodos de avaliação dos projetos; proponentes – ou seja, pessoa física ou jurídica responsável legalmente pela apresentação de uma determinada proposta – documentos obrigatórios e recomendados; valores dos aportes; conteúdo que deverá ser apresentado, são reunidas no documento nomeado como Ato Convocatório. Sendo assim, este é o documento que concentra todas as normas e informes dos processos de seleção para consulta pública. No caso do FCBA o principal Ato Convocatório utilizado é o Edital.

O projeto apoiado deve possuir cunho estritamente cultural, ter como representante legal pessoa física ou jurídica com experiência na área de cultura e atender aos requisitos apresentados no respectivo Ato Convocatório pleiteado. As propostas apresentadas podem envolver ações de pesquisa, desenvolvimento, criação, difusão, comercialização, memória ou preservação. Além disso, podem ter como mote temático principal a promoção da cidadania, questões de gênero, inclusão social, respeito ético, dentre outros.

A proponência de um projeto pode ser exercida por pessoa física, pessoa jurídica, grupo, coletivo cultural ou ainda, cooperativas. Como dito anteriormente, em todos os casos o proponente deverá ter experiência na área cultual, ou seja, no que se refere a pessoa jurídica (com ou sem fins lucrativos) um dos objetos deve ser o exercício de atividades relacionadas ao segmento de cultura. Os grupos ou coletivos culturais são considerados como um tipo de organização compostas por agentes, artistas e técnicos que promovam um trabalho continuado com conceitos comuns. Para esta categoria, o representante legal também pode ser pessoa física ou jurídica. Por fim, no cenário que engloba as cooperativas a entidade pode representar mais de um cooperado (pessoa física ou jurídica). É importante dizer que todo o proponente tem direito a um Procurador, que o represente nos assuntos relacionados ao projeto na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e órgãos vinculados.

Segundo o Guia do Proponente do FCBA 2016[2](BAHIA, 2016a), podem ser proponentes de projetos culturais:

[2]Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/GuiadoProponenteFCBA_Geral_2016.pdf>. Acesso em: Acesso em: **05 nov. 2017.**

- Pessoa física ou jurídica de direito privado, com domicílio ou estabelecimento no Estado da Bahia há, pelo menos, 03 (três) anos, tendo como referência a data de encerramento para a apresentação das propostas, definida no Ato Convocatório.
- A pessoa física deve ser maior de 18 anos.

No mesmo Guia (BAHIA, 2016a), constam as vedações para proponentes. Neste caso não poderão ser proponentes de projetos culturais:

- Servidor público estadual, incluindo REDA e Estagiários.
- Membro da Comissão Gerenciadora do Fazcultura (Lei de Incentivo Estadual) ou da comissão do próprio Fundo de Cultura.
- Proponentes que estejam sendo patrocinados pelo Fazcultura (Lei de Incentivo Estadual) com a mesma proposta.
- Pessoa jurídica que tenha servidor público estadual, membro da Comissão Gerenciadora do Fazcultura ou de comissão do FCBA na sua composição de sócios, órgãos deliberativos, de gestão e de controle.
- Pessoa jurídica que não tenha por objeto o exercício de atividades na área cultural.
- A legislação impede que seja concedido apoio ao proponente que já tenha proposta aprovada no mesmo ano civil ou que se encontre em situação de inadimplência – nos âmbitos da Fazenda Pública Estadual, Municipal ou Federal – ou com prestação de contas para o Fundo de Cultura do Estado da Bahia ou Fazcultura.
- As vedações previstas se estendem até os parentes de segundo grau, bem como aos cônjuges ou companheiros, tanto na qualidade de pessoa física ou jurídica.

O Ato Convocatório define também o número de propostas que poderão ser apresentadas por um mesmo proponente, porém, usualmente cada representante pode aprovar apenas um projeto – mesmo que seja permitido o envio de mais de uma proposta – com exceção das cooperativas, desde que sejam representados por diferentes associados.

Todos os processos de seleção lançados pelo Fundo de Cultura do Estado da Bahia possuem duas etapas de avaliação: a primeira delas é denominada como Análise Técnica, feita por servidor ou comissão de pessoas com conhecimento na legislação do Estado e normas do Ato Convocatório, e se configura como uma verificação da presença dos requisitos legais necessários (estipulados no Ato Convocatório) estão presentes na proposta inscrita. A segunda etapa é a Análise de Mérito, que é feita por uma comissão designada especialmente para esta função.

Os indivíduos que compõem uma determinada comissão são definidos pelo Secretário de Cultura do Estado da Bahia e os seus nomes são publicados no Diário Oficial Estadual. A quantidade de integrantes por comissão varia de acordo com a estimativa quantitativa de propostas inscrita, porém deve haver o mínimo de três avaliadores, sendo que pelo menos dois deles precisam ser pessoas indicadas pelo Conselho Estadual de Cultura.

No que diz respeito aos Editais Setoriais, a última convocatória (lançada no ano de 2016) contou com um investimento total de R$ 39.620 milhões e contemplou 23 segmentos. Foram eles: Artes Visuais, Economia Criativa, Grupos e Coletivos Culturais, Museus, Arquivos, Bibliotecas, Culturas Digitais, Culturas Populares (versão simplificada), Dança, Livro, Patrimônio, Territórios Culturais, Dinamização de Espaços Culturais da Bahia, Formação e Qualificação, Literatura, Culturas Populares (Capoeira), Audiovisual, Circo, Culturas Identitárias, Culturas Populares, Leitura, Música e Teatro[3].

É importante dizer que ao longo da sua existência, o FCBA passou por inúmeras mudanças, sobretudo no que diz respeito às regras de distribuição dos recursos. A mais significativa destas alterações foi estipulada na portaria nº 051/2009, do ano de 2009. A partir desta portaria foi instaurado que um dos critérios de avaliação das propostas passaria a ser os seus respectivos locais de realização. Ou seja, projetos executados na capital teriam uma determinada pontuação, menor do que as pontuações de projetos promovidos nos demais Territórios de Identidade do estado, que possui 417 municípios (PEDRA, 2013).

O objetivo principal desta norma é contemplar o maior número de projetos possíveis de diferentes territórios, visando dar conta e incentivar a pluralidade cultural

[3] Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/2016/09/12288/Lista-com-projetos-selecionados-nos-Editais-Setoriais-2016-e-divulgada-confira-.html> Acesso em: 15 mar,2018.

do estado da Bahia. Deste modo, a maior parte dos atos convocatórios passaram a delimitar um número ou percentual de projetos a serem apoiados por território.

Além dos variados editais lançados pelo Fundo de Cultura, existe uma preocupação e olhar da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia em contribuir para a estabilidade de ações desenvolvidas por espaços culturais do estado. Sendo assim, os recursos do FCBA são também destinados ao Programa de Ações Continuadas de Instituições Culturais, renovado a cada três anos. Entre as instituições apoiadas com esse programa podem ser citadas: Fundação Pierre Verger, a Academia de Letras da Bahia, o Teatro Gamboa Nova, o Teatro Vila Velha, entre outras.

2.2.2. Leis de Incentivo

2.2.2.1. A Lei Rouanet – Ministério da Cultura do Brasil

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo que se denomina enquanto "Estado Mínimo", no que se refere a criação de políticas públicas para a cultura e outros setores. O conceito de "Estado Mínimo" é uma alusão à notória diminuição da participação estatal no sentido de democratizar a cultura em favor do mercado, que passa a definir a destinação dos recursos privados. É nesta fase que surgem as chamadas Lei Sarney e a posterior Lei Rouanet que partem do princípio da dedução fiscal do Imposto de Renda devido, para atrair os investimentos de empresas privadas para o segmento cultural (GRUMAN, 2010).

A Lei Rouanet (nº 8.313) surgiu no ano de 1991 e o seu nome é uma homenagem ao seu idealizador, Sérgio Paulo Rouanet, secretário de cultura na época em que foi criada. Com a Lei foi instituído o Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), através do Ministério da Cultura, com o objetivo de captar recursos para o setor. Para isso, a lei previa a instalação de três ferramentas: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e o Incentivo a projetos culturais.

Contudo, observa-se que ao longo dos seus 27 anos de existência, o mecanismo de incentivo foi privilegiado em comparação aos demais, mesmo que durante o seu primeiro ano de existência a captação de patrocínios culturais através desta ferramenta tenha sido inexpressiva.

Portanto, a lei Rouanet possibilita o incentivo a projetos artísticos-culturais por parte de empresas e pessoas físicas através da dedução do imposto de renda (I.R.) do

patrocinador em potencial. Este incentivo pode ser realizado através de dois tipos diferentes de contribuição: a doação ou o patrocínio. A primeira delas – a doação – se aplica quando a contribuição é feita sem ceder a promoção ao doador, ou seja, sem retorno de imagem. Já o patrocínio, prevê a identificação do patrocinador em questão, ou seja, além de possibilitar a realização do projeto, o incentivador assina o patrocínio e insere a sua imagem em todo o material de divulgação, se beneficiando de estratégias de comunicação da proposta.

Neste sentido, é importante pontuar que a consolidação da Lei Rouanet como uma das principais ferramentas de captação a projetos culturais, promoveu a profissionalização do setor, uma vez que incentivou a criação de um mercado capacitado para atender às demandas originadas do meio de incentivo discal. Além disso, segundo Marcela Purini Belem e Julio César Donadone (2013,p.1) as leis de incentivo fiscal "garantem ao incentivador, em geral uma empresa, associar-se ao produto cultural incentivado gerando benefícios midiáticos, o chamado marketing cultural".

O formato da Lei Rouanet inspirou o surgimento de leis de incentivo fiscal em outros estados e municípios brasileiros e foi absorvido por outras leis no âmbito nacional. Tal modelo engloba uma associação entre o poder público e o setor privado, onde o poder público abdica de uma parcela dos impostos devidos e o setor empresarial investe recursos em iniciativas culturais, tornando desta forma as propostas ainda mais atrativas para o mercado (BELEM e DONADONE, 2013).

No que diz respeito ao percentual de isenção na Lei Rouanet, os incentivadores (pessoa física ou jurídica) podem ter o total ou parte do valor desembolsado abatido do imposto de renda, dentro dos limites permitidos pela legislação: até 6% de imposto devido no caso de pessoa física, e até 4% de imposto devido no caso de pessoa jurídica.

Segundo as informações disponibilizadas no site do Minc, a Lei Rouanet divide as faixas de renúncia a depender do segmento cultural em que a referida proposta se enquadra. Sendo assim, é previsto uma abatimento de 100% do valor solicitado pelo proponente para os projetos descritos no Artigo 18 da Lei:

a) artes cênicas;

b) livros de valor artístico, literário ou humanístico;

c) música erudita ou instrumental;

d) exposições de artes visuais;

e) doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos;
f) produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual;
g) preservação do patrimônio cultural material e imaterial;
h) construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em municípios com menos de cem mil habitantes.

Os segmentos que não se enquadram no Artigo 18, pertencem, portanto, ao Artigo 26, que estipula a renúncia fiscal parcial que varia de acordo com a natureza do incentivo e o tipo de incentivador. Para pessoa física a dedução é de 80% para doação e 60% para patrocínio, já no que refere a pessoa jurídica, a renúncia é de 40% para doação e 30% para patrocínio.

É importante pontuar ainda que no caso de propostas captadas através do artigo 26, a empresa tributada com base no lucro real tem a possibilidade de abater as doações/patrocínios como despesa operacional, o que resulta na diminuição do imposto de renda a pagar.

Para realizar a captação via Lei Rouanet, o primeiro passo é inscrever a proposta cultural no Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic), de forma eletrônica. Cada proposta deve ser apresentada, no período de 01 de fevereiro a 30 de novembro de cada ano, por um representante legal (proponente), responsável por apresentar, executar e responder pelo projeto. Pode ser pessoa física com atuação na área cultural ou pessoa jurídica, de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, cujo ato constitutivo ou instrumento congênere disponha sobre a sua finalidade cultural.

Após a inscrição, o projeto é submetido a diferentes etapas para aprovação, por isso, é necessário que a proposta seja inscrita com uma antecedência de, pelo menos, noventa dias da pré produção. As etapas são: apresentação da proposta, com preenchimentos dos campos e envio dos documentos obrigatórios indicados na Instrução Normativa; Análise de admissibilidade a partir de critérios objetivos estabelecidos pela Lei 8.313/91 e pela Instrução Normativa em vigor; Análise Técnica e Análise pela CNIC (Comissão Nacional de Incentivo a Cultura); Decisão Final.

Por fim, é importante dizer que a Instrução Normativa em vigor da Lei Rouanet, estabelece um teto anual de captação por proponente. No caso de Pessoa Física e Empresário Individual (Microempresário Individual – MEI) o valor máximo

estabelecido é de até R$ 1,5 milhão para até quatro projetos por ano. Para os demais enquadramentos de Empresário Individual, o valor máximo é de até R$ 7,5 milhões para até oito projetos por ano e nhoque se refere a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), Sociedades Limitadas (Ltda) e demais Pessoas Jurídicas, o valor máximo é de R$ 60 milhões para até dezesseis projetos por ano.

Tais limites podem ser ultrapassados caso o projeto cultural seja realizado em áreas públicas ou nas regiões do País com menores índices de captação via Lei de incentivo federal.

2.2.2.2. O Fazcultura – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

O Programa Estadual de Incentivo ao Patrocínio Cultural – FACULTURA, é a primeira lei de incentivo fiscal em âmbito estadual criada no país (SANTOS, 2009). Instituída pela Lei nº 7.014/19996, no estado da Bahia durante o governo de Paulo Souto e gestão da Secretaria de Cultura e Turismo por Paulo Gaudenzi, tem o objetivo de incentivar o patrocínio privado a propostas artístico-culturais do estado, através da renúncia do Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestadores de Serviços – ICMS. É um mecanismo de fomento não reembolsável e o apoio é sempre concedido sob forma de recurso financeiro.

Inspirado na Lei Rouanet, o programa possibilita a renúncia fiscal do ICMS devido de empresas com estabelecimento no estado da Bahia, com a condição de que o mesmo valor seja convertido em patrocínio para projetos culturais. No caso do Fazcultura, não é permitido que o valor descontado de cada recolhimento do ICMS seja maior do que 5%, 7,5% ou 10% do valor do imposto a ser pago naquele recolhimento. O percentual permitido está relacionado da receita bruta da empresa patrocinado, o que é verificado na Ficha de Habilitação do Patrocinador.

Diferente do artigo 26 da Lei Rouanet, o percentual máximo a ser abatido deve corresponder a 80% (oitenta por cento) do orçamento total do projeto, ou seja, o patrocinador em questão deve investir 20% (vinte por cento) do custo total, através de recursos próprios (SANTOS, 2009). Porém, se a proposta levar em seu título o nome da empresa patrocinadora, ou produto da mesma, a porcentagem permitida de abatimento será de 40 % (quarenta por cento), cabendo ao patrocinador contribuir com o mínimo de 60% (sessenta por cento) de recursos próprios.

Podem ser apoiadas através do Fazcultura, propostas culturais dos mais diversos segmentos artísticos – como Artes visuais, Artes cênicas, Audiovisual, Música – em diferentes etapas e formatos, a exemplo de: pesquisa, premiação, produção, distribuição/circulação, manutenção de instituições, ações continuadas de grupos e coletivos culturais, dentre outros. É requisitado pela Lei que as atividades sejam acessíveis para o público em geral, por meio de aquisições de ingressos, inscrições, processo de seleção. Ou seja, não é permitida a utilização do programa para eventos privados ou nas sedes ou escritórios do incentivador.

O valor disponível para o Fazcultura, através do abatimento do ICMS é fixado no início de cada ano pelo Governador. No entanto, não é permitido que este montante exceda o percentual de 0,3% da arrecadação prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A previsão anual do valor disponibilizado pelo Governo têm sido de R$ 15 milhões.

As inscrições são feitas através do sistema do Clique Fomento (http://siic.cultura.ba.gov.br) e o período de envio das propostas é divulgado no Diário Oficial do Estado da Bahia. Os proponentes devem ser pessoa física (maior de idade) ou pessoa jurídica de direito público ou privado (com ou sem fins lucrativos), desde que possua experiência no setor de cultura e seja domiciliada no estado da Bahia.

3. O PRODUTO: PROJETO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O ESPETÁCULO "BARBACENA – FRAGMENTOS DA LOUCURA" .

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

O projeto "Barbacena – Fragmentos da Loucura", como ressaltado na apresentação deste Memorial, nasceu de uma inquietação pessoal e foi desenvolvido através da empresa Giro Planejamento Cultural, sediada na cidade de Salvador (BA), da qual a autora é sócia e na qual atua como produtora cultural. Esta inquietação está atrelada ao trabalho anteriormente desenvolvido na produção do espetáculo teatral "Estamira – Beira do Mundo" (RJ, com direção de Beatriz Sayad e atuação de Danielle Barros) no segundo semestre de 2011, período em que residiu na cidade do Rio de Janeiro.

O trabalho na adaptação do documentário Estamira (2004, direção de Marcos Prado) para os palcos gerou uma aproximação com temas relacionados à loucura e a Luta Antimanicomial. Durante dois anos, a peça circulou em festivais, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Hospitais Psiquiátricos no Rio de Janeiro. No palco, Danielle Barros interpreta Estamira, uma catadora de lixo com uma doença mental crônica que foi descoberta pelo diretor Marcos Prado no Aterro Sanitário do Jardim Gramacho: o maior lixão da América Latina. A personagem real dava voz também a questões pessoais da atriz que via na história de Estamira um retrato da sua vivência familiar.

"Estamira – Beira do Mundo" foi destaque nas premiações mais importantes do Brasil no segmento teatral, a exemplo do Prêmio Shell, Questão de Crítica e APTR (na categoria Melhor Atriz), além das indicações de Melhor Espetáculo (Prêmio Questão de Crítica) e Texto, Espetáculo e Produção – realizada por Ana Kutner e Gabriela Rocha – (Prêmio APTR).

A circulação da peça nos hospitais psiquiátricos e CAPS, seguidas de conversas, se desdobrou em diversas inquietações acerca da temática da loucura. A pesquisa sobre a reforma psiquiátrica no Brasil e o a apoio a necessidade de superação do modelo manicomial, estimulou busca por captação de recursos (via editais federais, estaduais e municipais) para propostas em que o espetáculo em questão contribuísse para a reintegração social de clientes, através também da ida ao teatro e discussão acerca da temática da obra.

As propostas elaboradas foram pautadas, sobretudo, no intercâmbio da arte e da ciência como ferramentas de transformações sociais, visando desta forma incentivar a reconstrução da relação com o louco e com a loucura.

Anos mais tarde, em 2016, surge o projeto "Barbacena – Fragmentos da Loucura", a partir da leitura do livro "Holocausto Brasileiro" (2013), da jornalista mineira Daniela Arbex. No livro, vencedor do Prêmio Jabuti na categoria Livro-Reportagem, são denunciados os horrores vividos pelos internos no Hospital Colônia de Barbacena, localizado na serra da Mantiqueira em Minas Gerais, ativado no ano de 1903. Desde a sua abertura, o hospital obteve o apoio da Igreja Católica e contava com o trabalho de inúmeras freiras (OLIVEIRA,2014).

A instituição integrava o chamado Corredor da Loucura, nome dado a região composta pelas cidades de Barbacena, Juiz de Fora e Belo Horizonte, devido ao fato de concentrar a maior parte dos hospitais psiquiátricos do estado de Minas Gerais (80%) na década de 80 (PERON, 2013).

O Hospital Colônia de Barbacena, considerado a maior instituição psiquiátrica do país, tornou-se conhecido pelo grande público no ano de 1979, a partir da visita de Franco Basaglia, psiquiatra italiano e pioneiro na luta antimanicomial que se referiu a ele como um campo de concentração nazista e declarou que em nenhum outro lugar do mundo havia presenciado uma situação semelhante (PATERRA, 2015).

Os pacientes chegavam ao Hospital através de um trem de carga – ou, muitas vezes, em viaturas policiais – mais tarde apelidado como "trem doido", pelo escritor mineiro Guimarães Rosa no conto *Sorôco, sua mãe, sua filha* (livro *Primeiras estórias*, de 1962). Eram grandes vagões de carga que cortavam o interior do Brasil, em uma época em que diversas linhas ferroviárias davam acesso à cidade:

> Quando a locomotiva desacelerava, já nos fundos do Hospital Colônia, os passageiros se agitavam. Acuados e famintos, esperavam a ordem dos guardas para descer, seguindo em fila indiana na direção do desconhecido. Muitos nem sequer sabiam em que cidade tinham desembarcado ou mesmo o motivo pelo qual despachados para aquele lugar. Os deserdados sociais chegavam a Barbacena de vários cantos do Brasil. Eles abarrotavam os vagões de carga de maneira idêntica aos judeus levados, durante a Segunda Guerra Mundial, para os campos de concentração nazista de Auschwits. (ARBEX, 2013, p. 27)

A partir do momento em que desembarcavam, os pacientes eram submetidos a uma triagem que tinha o objetivo de agrega-los em grupos levando em consideração a

faixa etária, gênero e determinadas especificidades físicas. Em seguida eram obrigados a entregar os seus pertences, para então, passarem por um processo de desinfecção (banho coletivo), onde os cabelos dos homens eram raspados (OLIVEIRA,2014).

As internações não seguiam nenhum tipo de critério e os diagnósticos eram padronizados – nos registros foram encontrados sintomas como tristeza e timidez – neste ponto é importante dizer que 70% dos pacientes não possuía laudo médico que comprovasse transtornos psicológicos. Em grande parte das vezes, as internações nesses casos, eram solicitadas pela família, pela esfera social ou, ainda, política (VALEIRÃO e SOUZA, 2016). Outro fato que chama a atenção no que diz respeito ao perfil dos internos do Colônia é que 80% deles eram considerados indigentes e foram rebatizados pelos funcionários do hospital (PERON, 2013), o que reforça as denúncias em torno da aplicação da eugenia social e segregação na instituição.

O Hospital Colônia de Barbacena foi, portanto, o caminho de gays, prostitutas, mães solteiras, viciados em álcool e entorpecentes, crianças indesejadas, moradores de rua, militantes e opositores políticos, negros, mulheres que perderam a virgindade antes de casar, meninas grávidas que foram estupradas pelos seus patrões. Ou seja, passou a ser o lar daqueles que foram rejeitados socialmente: que questionavam os padrões normativos da época ou que não atendiam aos requisitos impostos pela política de classes vigente (VALEIRÃO e SOUZA, 2016).

Na década de 30 a instituição apresentou superlotação, chegando ao número de 5.000 pacientes, enquanto possuía capacidade para receber até 200 pessoas. O quadro era grotesco, as camas foram substituídas por capim, não havia alimentos para todos e, em decorrência destas condições e maus tratos, as mortes chegavam a até 16 por dia. O período de maior número de mortes foi entre as décadas de 60 e 70, no qual se estima que 60.0000 pessoas tenham perdido a vida em condições extremamente precárias, o que faz com que o Colônia seja considerado como o “Holocausto Brasileiro” (PATERRA,2015).

Muitos dos internos andavam nus e, sendo submetidos às baixas temperaturas da Serra da Mantiqueira, não resistiam às noites frias. O manicômio era formado por 16 pavilhões independentes, que eram cortados por um esgoto a céu aberto, onde os pacientes matavam a sede, uma vez que não tinham acesso à água encanada. Em decorrência da fome e escassez de comida, muitos se alimentavam de animais e pequenos insetos, a exemplo de ratos e baratas.

No que diz respeito ao corpo de funcionários, além dos guardas, o Hospital contava com duas pessoas – ainda sem formação e muitas vezes analfabetas – para cuidar dos pavilhões, assim como de um médico a cada 400 internos (OLIVEIRA,2014). Segundo Jaqueline Oliveira:

> Ainda não foi criado um termo para nomear, ou melhor, dar conta de expressar o "ser" dentro do Colônia. Podemos dizer, portanto, que o "Centro Psiquiátrico" da cidade de Barbacena serviu muito mais para fins sociopolíticos do que propriamente à finalidade terapêutica (OLIVEIRA, 2014, p.13)

O tratamento era composto pelo uso da camisa de força, medicações, lobotomia e eletroconvulsoterapia. Existem relatos de queda de energia na cidade de Barbacena, devido às altas e constantes cargas utilizadas nas sessões de eletrochoque, que não eram aplicadas enquanto medida terapêutica, e sim, como castigo ou contenção, uma vez que nenhum tipo de anestesia era empregada. Muitos indivíduos morriam tanto na aplicação do eletrochoque quanto no período pós operatório da lobotomia, intervenção cirúrgica que tinha o objetivo de separar os lobos frontais do tálamo, a qual obtinha resultados controversos (OLIVEIRA,2014).

Diversas mulheres engravidavam dentro do Colônia, devido a relações sexuais mantidas e consentidas com outros internos, ou em decorrência de estupros protagonizados por funcionários da instituição. Frequentemente eram submetidas a técnicas para interrupção da gestação e, algumas delas, como estratégia, passavam fezes na barriga com o intuito de afugentar os funcionários (VALEIRÃO e SOUZA, 2016) para evitar o aborto e manter a gravidez. Após o nascimento, as crianças eram doadas para uma instituição, sem o consentimento das mães.

Os cadáveres do Hospital Colônia de Barbacena, eram rentáveis: após investigações no local foi comprovada a venda de corpos para cerca de 17 faculdades de Minas Gerais e estados próximos. Estima-se que cada corpo era vendido a R$ 200,00, fator favorecido pela superlotação do local (PATERRA,2015). No livro "Holocausto Brasileiro" Daniela Arbex diz que "em uma década a indústria de vendas de corpos, ossos e órgãos faturou aproximadamente R$ 600 mil, um comércio ilegal" (ARBEX, 2013,p.77).

Quando a venda dos corpos não era concretizada, os cadáveres eram decompostos em ácido no pátio do hospital, na frente dos demais internos, obrigados a

presenciar a desintegração – em meio a urubus – até restarem apenas os ossos que, posteriormente, também eram vendidos. Havia também os indivíduos que depois de mortos foram enterrados no Cemitério da Paz, construído na mesma época do Colônia. Oliveira (2014), afirma que o terreno do cemitério está saturado devido ao grande número de corpos aterrados.

É importante citar o fato de que os internos do Hospital Colônia de Barbacena eram forçados a realizar trabalhos de diferentes naturezas, a exemplo de manejo de terra e plantações mantidas no terreno do Hospital, conserto de vias públicas e confecção de roupas. Segundo Oliveira "quase metade do capital do hospital era oriundo da agricultura, a qual era mantida pela mão de obra dos pacientes" (2014, p.12).

Diante do contato com o livro escrito pela jornalista Daniela Arbex, surgiu então o desejo de adaptar a história contada pela autora para os palcos. A ideia foi apresentada para as demais sócias da empresa Giro Planejamento Cultural, Flávia Santana, Joana Giron e Juliana Vieira, que acataram a proposta.

Desde o a abertura da empresa, que se deu no ano de 2014, a Giro Planejamento tem atuado ativamente no segmento de artes cênicas e foi responsável pela produção de projetos como "A Bunda de Simone" (2014), do Grupo Teatro Base; "O Corpo à Espreita do Feminino – Manutenção do Teatro Base" (2015 e 2016); "Floresta debaixo do mar" (2015), da diretora Paula Lice; circulação do espetáculo infantil "Para o menino-bolha" (2016), da dramaturga e diretora Paula Lice; "Sobretudo Amor" (2017), da artista Mônica Santana; "Quaseilhas" (2018), do diretor Diego Pinheiro e "Obìnrin – Ancestralidade, Residência Artística e Performance Negra Feminista" (2018), da atriz e pesquisadora Laís Machado.

Justamente por conta desta experiência, as sócias têm conhecimento que o projeto "Barbacena – Fragmentos da Loucura" possui uma formatação de natureza distinta das demais produções teatrais oriundas da cidade de Salvador, onde as propostas artísticas são, na grande maioria das vezes, concebidas por integrantes da classe artística: dramaturgos, atores ou atrizes e diretores.

O espetáculo teatral "Barbacena – Fragmentos da Loucura" é idealizado por uma empresa de produção cultural da cidade que tem como objetivo contratar a equipe artística que considere adequada para realizar aos requisitos estéticos pensados para o projeto. A obra terá o seu desenvolvimento acompanhado de forma próxima pela produção, que se propõe também a fazer intervenções no processo artístico

3.1.1. A Giro Planejamento Cultural

Dirigida por Gabriela Rocha, Joana Giron, Juliana Vieira e Flávia Santana, a Giro Planejamento Cultural iniciou as suas atividades no ano de 2014 e é uma empresa baiana focada em criar, desenvolver e assessorar ações criativas na área cultural.

O objetivo da Giro é promover o diálogo entre projetos, agentes culturais, público, governo e iniciativa privada. As suas ações são pensadas através da relação entre economia e cultura, envolvendo produção, circulação e consumo de produtos e serviços culturais.

Apostando na diversidade e nas especificidades de cada projeto ou artista, a empresa busca associar-se a propostas inovadoras com o objetivo de potencializar e ampliar o alcance dessas ações para novos públicos e mercados.

A Giro Planejamento Cultural possui uma equipe capacitada a desenvolver trabalhos de agenciamento artístico, elaboração, planejamento, captação de recursos, operacionalização, pós produção e prestação de contas de projetos culturais e sociais.
No currículo da Giro constam ações como:

Audiovisual

- **Espiral** – Longa-metragem de ficção dos diretores Pedro Perazzo e Rodrigo Luna, aprovado no Edital Setorial do Audiovisual do Fundo de Cultura do Estado da Bahia e ANCINE, em pré-produção. As gravações estão previstas para dezembro de 2018.
- **Sentido** – Curta-metragem de ficção da diretora Lilih Curi, que conta com o apoio Ministério da Cultural e foi gravado em maio de 2018.
- **Mostra Elas – Filmes Dirigidos por Mulheres** – Mostra de cinema de realizadoras aprovada no Edital Setorial de Audiovisual 2016, pelo Fundo de Cultura do Estado da Bahia, realizada no período de 17 e 20 de agosto de 2017.
- **Iyas Idanas: Mulheres na Cozinha** – Série documental da diretora Safira Moreira, que conta com o patrocínio da Prefeitura de Salvador e Fundo Setorial do Audiovisual através do edital Arte na TV – Ano II. O projeto está em fase de contratação e as filmagens estão previstas para janeiro de 2019.
- **Culturama** – Série documental dirigida por Daniel Lisboa, que conta com o patrocínio da Prefeitura de Salvador e Fundo Setorial do Audiovisual através do edital Arte na TV – Ano I. O projeto está em fase de pós-produção.

- **Condomínio** – Série de ficção dos diretores Daniel e Diego Lisboa, contemplado do edital PRODAV 05 do Fundo Setorial do Audiovisual 2015. O projeto encontra-se em fase de desenvolvimento de roteiro e é uma parceria entre a Giro Planejamento Cultural e a produtora de cinema Cavalo do Cão.
- **Mostra alô alô mundo – cinemas de invenção** – Mostra de Cinema realizada entre os dias 10 e 20 de janeiro de 2017, na Caixa Cultural do Rio de Janeiro.
- **Restos** – Curta-metragem de ficção do diretor Renato Gaiarsa, gravado em 2015, que conta com o apoio financeiro do Fundo de Cultura do Estado da Bahia. Seleção oficial na 14º Curta Santos 2016 – Mostra Competitiva Olhar Brasilis (Prêmio de Melhor Som); 23º Festival de Cinema de Vitória 2016 – Mostra Outros Olhares – Cinema e Negritude; XII Panorama Internacional Coisa de Cinema – Mostra Competitiva Baiana; 20ª Mostra de Cinema de Tiradentes – Mostra Foco (Competitiva Nacional) e 4º Festival Finos Filmes.
- **Memória da Pedra** – Curta-metragem documental da diretora Luciana Lemos, que conta com o apoio financeiro do Fundo de Cultura do Estado da Bahia e patrocínio do grupo Santander, através da Lei Rouanet. Seleção oficial na 40º Mostra de Cinema de Gramado e 11ªCINEOP (2016).
- **Mostra New Queer –** Produção local da mostra de cinema realizada em setembro de 2015, na Caixa Cultural de Salvador.
- **O Mar que Mora em Mim** – Longa-metragem de ficção do diretor Matheus Vianna, contemplado do edital PRODAV 05 do Fundo Setorial do Audiovisual 2014. O projeto encontra-se em fase de desenvolvimento de roteiro e é uma parceria entre a Giro Planejamento Cultural e a produtora de cinema Cavalo do Cão.
- **O Enterro de Neide** – Longa-metragem de ficção dos diretores Pedro Perazzo e Rodrigo Luna, contemplado do edital Setorial de Audiovisual do Fundo de Cultura do Estado da Bahia. O projeto encontra-se em fase de desenvolvimento de roteiro.

Artes Cênicas

- **OBÌNRIN - Ancestralidade, Residência Artística e Performance Negra Feminista** – Fórum idealizado pela atriz e performer Laís Machado, financiado pelo Fundo de Cultura do Estado da Bahia, através do edital de Dinamização de

Espaços Culturais, realizado no Espaço Cultural da Barroquinha (salvador-Bahia – Brasil), entre os meses de maio e julho de 2018,

- **Quaseilhas** - Espetáculo dirigido por Diego Pinheiro, financiado pelo Fundo de Cultura do Estado da Bahia. A peça teve estreia em abril de 2018 no Forte do Barbalho.
- **Sobretudo Amor** – Espetáculo Teatral contemplado no edital de Culturas Identitárias (CCPI) do Fundo de Cultura da Bahia. Com direção, texto e atuação de Mônica Santana, a peça teve estreia e temporada em julho e agosto de 2017, no Teatro Gregório de Mattos, em Salvador.
- **Floresta Debaixo do Mar** – Espetáculo Teatral contemplado pelo Prêmio Myriam Muniz 2014. A direção da peça é de Paula Lice e teve estreia em outubro de 2015, no Espaço Cultural da Barroquinha, em Salvador.
- **Circulação do espetáculo Para o menino-bolha –** Espetáculo Teatral direcionado para o público infanto-juvenil, com direção de Paula Lice. O projeto realizou em 2016 a sua primeira circulação por cinco cidades da região nordeste, com o patrocínio do Prêmio Myriam Muniz e do Banco do Nordeste.
- **O Corpo à Espreita do Feminino – Manutenção do Teatro Base** – O projeto conta com o patrocínio da Fundação Cultural do Estado da Bahia e promoveu dois anos de ações continuadas do Grupo Teatro Base.
- **A Bunda de Simone** – Espetáculo Teatral do Grupo Teatro Base financiado pelo Fundo de Cultura do Estado da Bahia. A peça teve estreia outubro de 2014 no Espaço Cultural da Barroquinha, em Salvador, e circulou nas cidades de Cachoeira e Alagoinhas no primeiro semestre de 2015. Recebeu o prêmio de Melhor Cenário e também foi indicada a Melhor Texto pelo Prêmio Braskem de Teatro 2014.

Música

- **Josyara** – Gravação e circulação do cd da cantora e compositora, com patrocínio do Programa Natura, através da Lei de Incentivo Estadual, lançamento em 2018.
- **Bichos de Cá** – Produção das apresentações do projeto Bichos de Cá, do grupo Nhambuzim, nas unidades da CAIXA Cultural de São Paulo e Recife nos meses de junho e outubro de 2018.

- **Ronei Jorge** – Gravação e lançamento do disco do cantor e compositor, com financiamento do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, lançamento realizado no dia 12 de junho de 2018.
- **Metá Metá** – Produção do show do disco MM3 no mês de agosto de 2016, na cidade de Salvador (BA).
- **Manuela Rodrigues** – Produção e circulação do 3º cd da cantora e compositora, lançado em 2016, com o patrocínio do Programa Natura, através da Lei de Incentivo Estadual.
- **Circuito Bahia Experimental** – Produção e Gestão financeira do projeto Bahia Experimental realizado 2m106 em três cidades do estado da Bahia, com o apoio financeiro do Fundo de Cultura do Estado da Bahia.
- **Bahia Experimental "Tambores**" – Captação, produção e gestão financeira da edição comemorativa do projeto Bahia Experimental, realizada em 2016, que homenageou a percussão baiana, convidando os músicos Gabi Guedes (Pradarrum/Orkestra Rumpillez), Japa System (Baiana System), Jorge Dubman (IFÁ Afrobeat), Gilberto Santiago (OSBA) e Mário Pam (Ilê Ayê).
- **Fernando Tordo** – Cantor português, compositor de clássicos do cancioneiro lusitano. Produção do Show, em 2015, no Teatro Rubi, Hotel Sheraton da Bahia.
- **Marcela Bellas** – Produção dos shows "Playgrude" e "Eu, Ele e Elas" no ano de 2014.

Artes visuais

- **Mulher-Dama –** exposição fotográfica do gaúcho Flávio Damm sobre as prostitutas das áreas consideradas baixo meretrício, do Centro Antigo da cidade de Salvador, nos anos 60. O projeto, que conta com a curadoria de Silvana Olivieri, foi realizado no Museu Nacional de Cultura Afro Brasileira (MUNCAB), em Salvador, de 09 de janeiro a 10 de março de 2018.

3.1.2. O espetáculo "Barbacena – Fragmentos da loucura"

O primeiro passo dado para o planejamento e captação da peça teatral "Barbacena – Fragmentos da Loucura" foi entrar em contato com a jornalista mineira Daniela Arbex, autora do livro "Holocausto Brasileiro" (2013), devido ao fato do espetáculo ser diretamente inspirado nesta obra.

O contato com Daniela foi iniciado no mês de janeiro de 2016. Apesar de existirem alguns espetáculos teatrais brasileiros baseados na história do Hospital Colônia de Barbacena (a exemplo de “Colônia”, de Gustavo Colombini, que estreou na cidade de São Paulo em maio deste ano e da peça “Nos porões da Loucura”, do mineiro Luiz Paixão, de 2016) nenhum deles é uma adaptação do livro “Holocausto Brasileiro”.

Após as negociações necessárias para a obtenção dos direitos autorais da obra, que foram encerradas quatro meses depois (junho de 2016) a Giro começou a formatação do projeto, no que diz respeito è escolha da equipe artística da obra cênica.

A proposta tem o objetivo de viabilizar a montagem e a primeira temporada, composta por doze apresentações, do “Barbacena – Fragmentos da Loucura” na cidade de Salvador, além de uma segunda temporada composta por oito apresentações na cidade de Belo Horizonte. Para a direção do espetáculo foi convidada Meran Vargens, atriz, arte-educadora e diretora teatral carioca que consolidou a sua carreira no estado da Bahia. A dramaturgia e adaptação do texto, processo que terá acompanhamento de Daniela Arbex, será construída por Aldri Anunciação ator e dramaturgo baiano, vencedor do Prêmio Jabuti de Literatura 2013, pelo texto “Namíbia, não!”.

Os demais integrantes da equipe são: Marcio Nonato (iluminação), Ronei Jorge e Livia Nery (direção musical) e Georgette Fadel (preparação corporal). O elenco será composto por até seis atores e atrizes, os quais serão selecionados através de um processo de audição com o intuito de ampliar o alcance do projeto e possibilitar que a direção e produção tenha o acesso ao trabalho do maior número de artistas possíveis.

A proposta do espetáculo é ocupar espaços não convencionais, fora da caixa cênica de teatros: casarões abandonados, terrenos baldios, dentre outros. Para isso, o projeto de cenografia propõe uma atmosfera de total imersão em um mundo subversivo e delinquente de modo que o espectador não se sinta exterior a sua ação e sim um elemento integrante do acontecimento.

Para tanto, será pensada uma série de dispositivos para que o público se acomode e também desempenhe ações a partir do desenrolar da peça. A ideia é fazer com que todos os presentes, inclusive a equipe técnica que opera e atua no espetáculo, se sintam parte do Colônia: seja como interno, censores ou membros da equipe de funcionários.

Os elementos estruturais, as instalações e componentes do funcionamento do espetáculo (tanto artístico quanto administrativo) serão o corpo da cenografia e membros de um sistema que se integrará e se inserirá na realidade proposta pela

dramaturgia e direção. Neste aspecto, é importante dizer que a iluminação, sonorização e figurino estarão em uma mesma célula no projeto de cenografia.

3.2. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

3.2.1. Via Fundo de Cultura do Estado da Bahia

A primeira estratégia de captação da peça teatral "Barbacena – Fragmentos da Loucura" se deu através da inscrição do mesmo no Edital Setorial de Teatro 2016 (Edital nº 22/16) da Fundação Cultural do Estado da Bahia, cujo período de recebimento de propostas foi de 15 de julho a 15 de agosto de 2016.

O projeto foi inscrito em nome da produtora Gabriela Fico da Rocha (pessoa física), pois a empresa Giro Planejamento Cultural, ainda não possui três anos de existência, o que era uma exigência do Ato Convocatório em questão. Devido às restrições orçamentárias do edital, que estipulava o valor de no máximo 150 salários mínimos por projeto, o foco escolhido foi a viabilização da montagem e da primeira temporada na cidade de Salvador, com um total de doze apresentações.

Além da temporada, a proposta foi pautada nas seguintes ações complementares e estratégia de democratização de público:

- Vivência "Hai Kais do Vivido": a atividade será ministrada pela atriz e diretora teatral Georgette Fadel (São Paulo/SP) que exercerá a função de preparadora corporal no espetáculo. Importante nome do teatro brasileiro, Georgette Fadel é atriz formada pela Escola de Arte Dramática e diretora formada pelo Departamento de Artes Cênicas da ECA, USP. Vencedora do Prêmio Shell 2007 de Melhor Atriz por Gota D'Água, um breviário.

  A vivência será gratuita e aberta a um público de 20 artistas (que serão selecionados a partir de inscrição), a qual engloba uma compilação de procedimentos, de exercícios que têm a ver com relaxamento, consciência corporal, consciência vocal e respiração.

- Debate: A proposta viabilizará um debate entre o público presente na sessão de estreia da peça em Salvador, a autora Daniela Arbex, a equipe do espetáculo e a

psicóloga e militante da luta antimanicomial Tamires Santos Sapucaia. O objetivo é ampliar e difundir a discussão sobre a temática do espetáculo.

Tamires Sapucaia é psicóloga com experiência em prestação de assistência psicológica através de atendimentos individuais e em grupo a pessoas internadas na instituição em situação de crise decorrente do abuso de substâncias psicoativas ou de outros sofrimentos psíquicos, bem como escuta e orientação aos familiares. Atuação também no ambulatório da instituição realizando atendimentos psicológicos individuais a pacientes com diversas demandas. É integrante do Coletivo Baiano Antimanicomial e do Grupo de Trabalho de Luta Antimanicomial Eduardo Araújo.

A autora, Daniela Arbex tem mais de 20 prêmios nacionais e internacionais no currículo, entre eles três prêmios Esso, o americano Knight International Journalism Award (2010) e o prêmio IPYS de Melhor Investigação Jornalística da América Latina (2009). Há duas décadas trabalha no Jornal Tribuna de Minas, onde é repórter especial.

- Mobilização de grupos: será fornecido o transporte, em dois dias de apresentação, para clientes de Centros de Atenção Psicossocial na cidade de Salvador e Minas Gerais, visando incentivar a reintegração social, um dos maiores desafios pós reforma psiquiátrica.

O projeto não figurou entre os 19 selecionados pelo edital (conforme Portaria Conjunta nº29, de 28 de setembro de 2016), alcançando a colocação de 8º suplente. Porém, em agosto do ano de 2017 o projeto foi convocado para contratação pela Fundação Cultural do Estado da Bahia e possui realização prevista para 2018, com um orçamento aprovado de R$ 132.000,00 (centro e trinta e dois mil reais).

Atualmente, a proposta se encontra em fase de avaliação das alterações solicitadas pela proponente, referentes a cronograma de execução e valor de comercialização de ingresso para R$ 20,00 (inteira) e R$ 10,00 (meia entrada).

3.2.2. Inscrição na Lei Rouanet e a busca por patrocínio privado

Com o objetivo de viabilizar a segunda temporada do espetáculo “Barbacena – Fragmentos da Loucura”, a qual se configura também enquanto a estreia da peça na cidade de Belo Horizonte, e ampliar o seu plano de divulgação, optou-se pela busca o

patrocínio privado, por meio da intermediação do Estado. Para tanto, foi feita a inscrição na Lei Rouanet.

O passo seguinte será a organização de um levantamento de potenciais instituições patrocinadoras que possuam atuação e interesse nos estados da Bahia e Minas Gerais, a exemplo de empresas de telefonia, bancos e estatais.

Para cada possível investidor será formatada uma proposta específica, a qual levará em consideração o seu público alvo, assim como estratégias de marketing e comunicação.

Neste ponto, é importante dizer que o público alvo do projeto é formado, principalmente, por jovens e adultos com faixa etária entre 18 e 35 anos: estudantes universitários, secundaristas, classe artística, acadêmicos, educadores, empresários, profissionais da cultura, representantes de instituições públicas e profissionais da área de saúde.

Como estratégia de captação foi definido um plano de cotas contendo três tipos distintos de propostas de patrocínio, cada uma delas relacionada a contrapartidas específicas. A ideia é gerar oportunidades claras de diferenciação e protagonismo. Sendo assim, as cotas de patrocínio estabelecidas são:

COTA 1 – APRESENTA

Valor: R$ 150.000,00.

Chancelas: Apresenta e Patrocínio.

Contrapartidas de relacionamento:

Cota de 100 convites para temporada de apresentações na cidade de Salvador (BA) e Belo Horizonte (MG).

Comunicação | Inserção de marca:

- Exibição de vídeo institucional da empresa patrocinadora antes no início das sessões do espetáculo nas cidades de Salvador e Belo Horizonte;
- Possibilidade de fala de um representante da empresa nas estreias nas cidades de Salvador e Belo Horizonte;

- Possibilidade de ações promocionais nos locais de realização da temporada, nas cidades de Salvador e Belo Horizonte;
- Rádio: citação da marca da empresa patrocinadora em um total de 50 spots de 30 segundos, que serão veiculados em rádios nas cidades de Salvador e Belo Horizonte;
- Veiculação da logo do da empresa patrocinadora correspondente a:

300 cartazes A3 para circulação na cidade de Salvador (BA);
300 cartazes A3 para circulação na cidade de Belo Horizonte (MG);
1.200 programas para distribuição ao público na cidade de Salvador (BA);
800 programas para distribuição ao público na cidade de Belo Horizonte (MG);
10 placas de busdoor na cidade de Salvador (BA);
10 placas de busdoor na cidade de Belo Horizonte (MG);
1 banner para instalação no local de apresentação na cidade de Salvador (BA);
1 banner para instalação no local de apresentação na cidade de Belo Horizonte (MG);
10 flyers virtuais para temporada na cidade de Salvador (BA);
10 flyers virtuais para temporada na cidade de Belo Horizonte (MG).

COTA 2 – PATROCÍNIO ESPECIAL

Valor: R$ 100.000,00.

Chancelas: Patrocínio.

Comunicação | Inserção de marca:

- Possibilidade de fala de um representante da empresa nas estreias nas cidades de Salvador e Belo Horizonte;
- Rádio: citação da marca da empresa patrocinadora em um total de 50 spots de 30 segundos, que serão veiculados em rádios nas cidades de Salvador e Belo Horizonte;
- Veiculação da logo do da empresa patrocinadora correspondente a:

300 cartazes A3 para circulação na cidade de Salvador (BA);
300 cartazes A3 para circulação na cidade de Belo Horizonte (MG);

1.200 programas para distribuição ao público na cidade de Salvador (BA);
800 programas para distribuição ao público na cidade de Belo Horizonte (MG);
10 placas de busdoor na cidade de Salvador (BA);
10 placas de busdoor na cidade de Belo Horizonte (MG);
1 banner para instalação no local de apresentação na cidade de Salvador (BA);
1 banner para instalação no local de apresentação na cidade de Belo Horizonte (MG);
10 flyers virtuais para temporada na cidade de Salvador (BA);
10 flyers virtuais para temporada na cidade de Belo Horizonte (MG).

COTA 3 - PATROCÍNIO

Valor: R$ 50.000,00.

Chancelas: Patrocínio.

Comunicação | Inserção de marca:

- Possibilidade de fala de um representante da empresa nas estreias nas cidades de Salvador e Belo Horizonte;
- Veiculação da logo do da empresa patrocinadora correspondente a:

300 cartazes A3 para circulação na cidade de Salvador (BA);
300 cartazes A3 para circulação na cidade de Belo Horizonte (MG);
1.200 programas para distribuição ao público na cidade de Salvador (BA);
800 programas para distribuição ao público na cidade de Belo Horizonte (MG);
1 banner para instalação no local de apresentação na cidade de Salvador (BA);
1 banner para instalação no local de apresentação na cidade de Belo Horizonte (MG);
10 flyers virtuais para temporada na cidade de Salvador (BA);
10 flyers virtuais para temporada na cidade de Belo Horizonte (MG).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lugar destinado ao chamado doente mental expressa como a sociedade brasileira é excludente, rígida e hierarquizada. Se faz mais do que urgente uma reforma no cenário psiquiátrico, visando a manutenção do louco na vida social para que ele possa, nos constrangimentos impostos por sua condição psíquica, exercer-se como sujeito, apontando assim para a construção de uma sociedade mais inclusiva e com efeitos positivos no que se refere à cidadania brasileira.

Com o advento da reforma psiquiátrica no Brasil, houve uma necessidade de mudança da atuação da medicina no que diz respeito a tratamentos que se opõem às práticas utilizadas em hospitais psiquiátricos (a exemplo do Hospital Colônia de Barbacena) de indivíduos com transtornos mentais. Estas mudanças não estão necessariamente relacionadas à desinstitucionalização, mas sim à ultrapassagem de um modelo obsoleto, passando assim a ter o sujeito e as suas condições de vida como foco. Deste modo, o objetivo passa a ser a reintegração do indivíduo na sociedade como forma de exercer os seus direitos, e não a sua exclusão.

O espetáculo “Barbacena - Fragmentos da Loucura” está em consonância com os preceitos da reforma psiquiátrica e denuncia o desamparo humano, social, econômico, politico a que os loucos estão relegados, assim como são questionadas as condições dos hospitais psiquiátricos, dos tratamentos reduzidos, em um meio onde se corre o risco de deixar de lado a escuta do Outro.

Deste modo, a contundência no discurso da obra, somado ao poder que o teatro e a literatura têm de provocar transformações, possibilitará um intercâmbio potente e eficaz, entre a arte e a ciência. Trata-se de chamar a sociedade para reconstruir sua relação com o louco e com a loucura. De construir uma mudança em uma das mais importantes instituições sociais do nosso tempo.

No que diz respeito ao processo de captação de recursos para a realização da primeira temporada e circulação do espetáculo teatral, foco do presente memorial, é preciso dizer que – segundo dados divulgados pelo Governo Federal – entre os anos de 2015 e setembro de 2017 houve uma captação de R$ 737,5 milhões referentes a mais de três mil projetos de Artes Cênicas, por meio da Lei Nacional de Incentivo à Cultura. Os números ultrapassaram a captação de áreas como Música (3,3 mil), Humanidades (2 mil), Audiovisual (1,1 mil) e Artes Visuais (1 mil).

Este é, portanto, um cenário positivo para a captação de recursos do projeto "Barbacena – Fragmentos da Loucura", somado ao fato de os investimentos em projetos culturais, através das leis de incentivo fiscal, serem uma prática adotada por diferentes empresas do setor privado do país, que se utilizam do patrocínio como uma estratégia de posicionamento no mercado.

Por fim, é importante dizer que o espetáculo em questão aliado a um projeto de captação com contrapartidas consistentes e atrativas a possíveis empresas patrocinadoras, atende aos objetivos artísticos e às práticas de negócios das instituições empresariais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, Paulo. **Novos Sujeitos, Novos Direitos: O Debate em Torno da Reforma Psiquiátrica**. Disponível em: < https://www.scielosp.org/article/csp/1995.v11n3/491-494/pt/>. Acesso em: **05 mar.2018.**

BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no brasil: identidade e diversidade sem diferença**. Disponível em <http://files.ifestcircomira.webnode.com/200000080-ce313d025a/Leitores,%20espectadores%20e%20internautas.pdf>. Acesso em: **05 nov. 2017.**

BELEM, Marcela Purini; DONADONE, Julio César. **A Lei Rouanet e a construção do "mercado de patrocínios culturais".** Disponível em: < https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/2761.>. Acesso em: **05 nov. 2017.**

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas.** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000200011&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em**: 05 nov. 2017.**

BRASIL, Fabíola Bezerra de Castro Alves. **A Importância do Fundo Nacional de Cultura para a efetivação do acesso à cultura.** Disponível em < http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp126335.pdf>. Acesso em**: 10 abr. 2018.**

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. Disponível em <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/fcrb/451/2/Calabre,%20L.%20-%20Politicas%20Culturais%20no%20Brasil>. Acesso em: **05 nov. 2017.**

FREITAS, Laura Lopes de. **A Lei Rouanet a atual produção cultural brasileira: retrato da relação entre incentivo fiscal e a produção cultural no Brasil.** Disponível em: < http://myrtus.uspnet.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/409-1152-1-PB.pdf>. Acesso em: **05 nov.2017.**

GRUMAN, Marcelo. **Nem tanto ao céu, nem tanto a terra: limites e possibilidades da lei de incentivo fiscal à cultura.** Disponível em: < http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9332>. Acesso em: **05 nov.2017.**

GUIA DO PROPONENTE DO FUNDO DE CULTURA DA BAHIA. SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/GuiadoProponenteFCBA_Geral_2016.pdf >. Acesso em: Acesso em: **05 nov. 2017.**

INSTITUTO ALVORADA BRASIL. **Projetos Culturais: como elaborar, executar e prestar contas**. Brasília Instituto Alvorada Brasil, Sebrae Nacional, 2014.

INSTRUÇÃO NORMATIVA ROUANET 2017. MINISTÉRIO DA CULTURA. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/instrucao-normativa-rouanet-2017/10883>. Acesso em: **05 mar.2018.**

Investimento federal em teatro foi de R$ 737,5 milhões entre 2015 e setembro de 2017. **Portal Governo Federal.** 19 set. 2017. Disponível em: < http://www.brasil.gov.br/editoria/cultura/2017/09/investimento-federal-em-teatro-foi-de-r-737-5-milhoes-entre-2015-e-setembro-de-2017>. Acesso em: **05 mar.2018.**

OLIVEIRA, Jaqueline. **Ter trens de doido e a utopia de uma sociedade sem manicômios: a redução de danos como uma nova perspectiva de trabalho do(a) psicólogo(a) no CAPS AD.** Disponível em: < http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2671/Jaqueline%20Oliveira.pdf?sequence=1>. Acesso em: **05 nov. 2017.**

PATERRA, Marcos Tadeu Garcia**. Mistanásia e as ações desumanas do ser humano: dos campos de concentração nordestinos ao holocausto brasileiro.** Disponível em: < http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509162209.pdf>. Acesso em: **05 nov. 2017.**

PEDRA, Layno Sampaio. **Democracia e fomento à cultura: uma análise do Fundo de Cultura da Bahia.** Disponível em: < https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/13261>. Acesso em: **05 nov. 2017.**

PITOMBO, Mariella. **Sintomas dos deslocamentos de poder na gestão do campo cultural no Brasil – uma leitura sobre as leis de incentivo à cultura.** Disponível em < http://www.cult.ufba.br/Artigos/Mariellasintomas.pdf>. Acesso em: **05 nov. 2017.**

PRÊMIO FUNARTE DE TEATRO MYRIAM MUNIZ / 2013. FUNDAÇÃO NACIONAL DAS ARTES. Disponível em: < http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/MANUAL-SALIC-PROPONENTES.pdf>. Acesso em: **08 mar.2018.**

SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. **O confinamento e seus dissabores em Cemitério dos Vivos, Hospício é Deus e Holocausto Brasileiro.** Disponível em: <file:///C:/Users/Gabriela/Downloads/75065-332884-1-PB.pdf>. Acesso em: **05 nov. 2017.**

SANTOS, Vagner José Rocha. **O clique fomento e a gestão dos editais do fundo de cultura da bahia.** Disponível em: < http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/17406/1/Vagner%20Jos%C3%A9%20Rocha%20Santos.pdf>. Acesso em: **05 nov. 2017.**

SOUZA, Monique Navarro; VALEIRÃO, Keila. **As experiências da loucura na história ocidental e as ressonâncias no caso Colônia de Barbacena**. Disponível em: <file:///C:/Users/Gabriela/Downloads/9340-32617-1-PB.pdf>. Acesso em: **05 mar.2018.**

ANEXOS

Proposta Cultural - Barbacena - Fragmentos da Loucura

Identificação

Nº da Proposta	282680	**PRONAC**		**Título da Proposta**	Barbacena - Fragmentos da Loucura

Informações Complementares

É proposta de audiovisual?	Mecanismo	Agência Bancária	Dt. Início Execução	Dt. Final Execução	Dt. Fixa
Não	Incentivo Fiscal Federal	34592	01/03/2019	30/04/2019	Não

Prorrogação automática?	Tipo de execução
Sim	Projeto normal

Informações sobre tombamento

Nº Ato Tombamento	Dt. Ato Tombamento	Esfera Tombamento
Não informado		

Data	Avaliação
28/06/2018 - 22:14:15	Proposta Cultural ENVIADA ao Ministério da Cultura para Conformidade Visual

Identificação

CNPJ / CPF	030.361.585-02	**Proponente**	Gabriela Fico da Rocha

Endereço

Tipo de Endereço	Tipo do Logradouro	Logradouro	Número	Complemento	Bairro	Cidade	UF	CEP
Residencial	Rua	Barão de Sergy	184	Apartamento 11	Barra	Salvador	BA	40140-040

Telefones

Tipo	UF	DDD	Número	Divulgar
Celular	BA	71	91485138	Não

E-mail

Tipo	E-mail	Para correspondência?	Posso divulgar?
E-mail Particular	gabrielafrocha@gmail.com	Sim	Sim

Natureza

Direito	Esfera	Poder	Administração
Natureza não informada			

Dirigente

Não existem Dirigentes cadastrados!

Usuário SalicWEB

CPF	030.361.585-02	Nome	Gabriela Fico da Rocha

Documentos da Proposta

Nenhum documento da proposta

Documentos do Proponente

Documento	Data envio	Arquivo
CÓPIA AUTENTICADA DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DA ENTIDADE PROPONENTE (RG E CPF OU CNH)	01/12/2017	Documento identificação representante legal.pdf
CURRÍCULO DO PROPONENTE COMPROVANDO AS ATIVIDADES CULTURAIS REALIZADAS.	01/12/2017	Currículo proponente.pdf

Ficha Técnica

A) GIRO PLANEJAMENTO CULTURAL | PRODUÇÃO

Com quatro anos de experiência no mercado, a Giro Planejamento Cultural é uma empresa baiana focada em criar, desenvolver e assessorar ações criativas na área cultural, que atua principalmente nos segmentos das artes cênicas, música e audiovisual. Dirigida por Gabriela Rocha, Joana Giron, Juliana Vieira e Flávia Santana, a Giro possui em seu portfolio projetos como o site de produção de videoclipes Clipeteca (Arte em Toda Parte – Prefeitura de Salvador); Bahia Experimental (Arte em Toda Parte – Prefeitura de Salvador e Agitação Cultural – Secult - BA); Mostra Internacional Alô Alô Mundo (Ocupação dos Espaços da CAIXA Cultural – RJ); série Culturama, realizada em parceira com a Cavalo do Cão filmes (Arte na TV– Prefeitura de Salvador); projeto de desenvolvimento de roteiro do longa metragem O Mar que mora em mim (PRODAV 5 – FSA); curtas-metragens Restos, parceria com a Vatapá Produções (Setorial de Audiovisual – FUNCEB – BA). Na área de artes cênicas produziu espetáculos como Quaseilhas (2018), do diretor Diego Pinheiro; Sobretudo Amor, da atriz Mônica Santana; Floresta Debaixo do Mar, da diretora Paula Lice; A Bunda de Simone (2014) do Grupo Teatro Base.

B) MERAN VARGENS | DIREÇÃO

Possui graduação em Educação Artística, Habilitação Em Artes Cênicas pela Universidade Católica do Salvador (1985), especialização em Composição Coreográfica pela Escola de Dança da UFBA (1994), mestrado em Ma In Theatre Arts Performance - University of London (1997), doutorado em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia (2005) e pós-doutorado pelo Instituto de Artes da UNICAMP - SP (2010). Pós-doutorado pelo Centro de Letras e Artes da UNIRIO (2016). Atualmente é professora Associado I da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia. Desempenha-se como coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (PPGAC-UFBA) desde março de 2017. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Interpretação Teatral, atuando principalmente nos seguintes temas: ator, expressão vocal, processo de criação, interpretação e expressão vocal tendo como foco o ator/performer nas linguagens do teatro, do circo e da dança. Investiga o teatro narrativo, os contadores de histórias, a pesquisa de campo com relatos de vida e a pedagogia do teatro em suas diversas interfaces.

C) ALDRI ANUNCIAÇÃO | DRAMATURGIA

Aldri Anunciação é um dramaturgo/ator/diretor, Bacharel em Teorias Teatrais na UNIRIO (Universidade do Rio de Janeiro-2006) com a monografia final intitulada Dramaturgia Brasileira no Teatro Alemão – Tradução e Encenação. Recebe a Comenda do Mérito Cultural do Governo do Estado da Bahia em 2014.

Primeiro Lugar no Prêmio Jabuti de Literatura 2013. Desenvolve uma carreira de ator desde 1996, quando estreou no teatro profissional no espetáculo do diretor mineiro Gabriel Vilela, O Sonho, de August Strindberg, e no espetáculo Os Negros de Jean Genet com direção de Carmen Paternostro.

Com recursos do Prêmio Funarte Myriam Muniz de Teatro, Aldri Anunciação estreia em 17 março de 2011 na Sala do Coro do Teatro Castro Alves (Salvador-BA), a primeira montagem do texto Namíbia, Não! sob a direção artística de Lázaro Ramos, produzindo e dividindo a cena com o ator Flávio Bauraqui.

D) DANIELA ARBEX | AUTORA

A autora, Daniela Arbex tem mais de 20 prêmios nacionais e internacionais no currículo, entre eles três prêmios Esso, o americano Knight International Journalism Award (2010) e o prêmio IPYS de Melhor Investigação Jornalística da América Latina (2009). Há duas décadas trabalha no Jornal Tribuna de Minas, onde é repórter especial.

E) GEORGETTE FADEL | PREPARADORA CORPORAL

Importante nome do teatro brasileiro, Georgette Fadel é atriz formada pela Escola de Arte Dramática e diretora formada pelo Departamento de Artes Cênicas da ECA, USP. Vencedora do Prêmio Shell 2007 de Melhor Atriz por Gota D'Água, um breviário.

F) ERICK SABOYA | CENÓGRAFIA

Vencedor do Prêmio Braskem de Teatro na categoria especial com o cenário de A Bunda de Simone do Teatro Base pela instalação cenográfica do espetáculo que usava a água como componente estético/dramático.

Assina a cenografia dos espetáculos teatrais: Senhora dos Afogados de Diego Pinheiro, Trojan Women de Joanne Camp, Confessional de Hamilton Turner, Ofélia Blue de Raiça Bonfim, A Floresta Debaixo do Mar de Leonel Henckes, Egotrip de João Sanches, Dark Times (Santa Joana dos Matadouros de Brecht) da Cia de Teatro da UFBA, entre outros.

Recentemente trabalhou como cenógrafo assistente na novela Velho Chico da TV Globo tendo atuado em locações do interior da Bahia e nos estúdios da emissora. Sua atuação no campo do audiovisual também engloba trabalhos como Destino Salvador, série da HBO Brasil, Abaixo a Gravidade filme de Edgard Navarro, A Finada Mãe da Madame de Bernard Attal, Campanha Vivo Tudo com Ivete Sangalo, entre outros.

G) RONEI JORGE | DIRETOR MUSICAL

Cantor, compositor e guitarrista baiano, Ronei Jorge iniciou a sua carreira nos anos 90 tocando, cantando e compondo para as bandas de rock Mutter Marie e Saci Tric. Com esta última, lançou em 1997 o seu primeiro CD demo com canções autorais além do disco "Saci Tric Ao Vivo no Theatro XVIII". A formação incluía os músicos Luciano Simas (guitarra), Nuno Ricardo (baixo), Toni Couto (guitarra) e Ordep Lemos (bateria).

Em 2003, deu início a um novo trabalho junto à banda Ladrões de Bicicleta, novamente atuando como cantor e compositor, desta vez ao lado de Edson Rosa (guitarra), Sergio Kopinski (baixo) e Mauricio Pedrão (bateria). Com o grupo, lançou dois discos, sobretudo com faixas de sua autoria, que tiveram projeção nacional e figuraram em diversas listas entre os álbuns destaques nos seus respectivos anos de estreia. "Frascos, comprimidos, compressas", segundo CD da banda – produzido por Pedro Sá através do programa Petrobras Cultural – foi eleito um dos melhores discos de 2009 por diferentes veículos da imprensa, a exemplo da revista Bravo!, Rolling Stone, Jornal A Tarde e Coquetel Molotov.

Recentemente, em junho de 2018, lançou o disco solo "Entrevista", com produção musical de Pedro Sá e participação de Moreno Veloso.

H) LIVIA NERY | DIREÇÃO MUSICAL

Livia Nery é cantora e compositora nascida em Salvador, Bahia. Realiza um laboratório caseiro de experimentação musical, onde cruza música urbana com soul e cancioneiro popular do nordeste brasileiro. Brincando com teclado, sampler, voz e loop stations, Livia aprendeu a tocá-los a sua maneira, dedicando-se integralmente à criação musical ao longo dos últimos anos.

Desde 2014, a cantora tem se apresentado em Salvador, onde mora atualmente, e também em Buenos Aires, Chicago, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife em shows solo ou com banda. Em 2017 foi atração dos Festivais Coquetel Molotov Bahia e Festival Radioca.

Em abril de 2016, participou do PULSO2016, residência artística da Red Bull Station em São Paulo. Junto aos conterrâneos Junix, João Meirelles e Mahal Pitta e Filipe Cartaxo, ocupou durante um mês as instalações do prédio, apresentou dois showcases e gravou duas faixas gravadas para a coletânea PULSO2016.

Resumo do Projeto

O presente projeto tem como objetivo viabilizar a segunda temporada do espetáculo “Barbacena – Fragmentos da Loucura”, adaptação do livro “Holocausto Brasileiro”, da jornalista e escritora Daniela Abex, na cidade de Belo Horizonte (MG). A peça possui estreia prevista na cidade de Salvador (BA) no segundo semestre de 2018 e conta com a direção de Meran Varges e realização da empresa Giro Planejamento Cultural.

Plano de Distribuição do Produto

Fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Valor
Incentivo Fiscal Federal	150.624,40

Democratização de Acesso

Com o objetivo de ampliar o acesso do público ao projeto os ingressos terão ingressos vendidos a preços populares de R$ 20,00 (inteira) e R$ 10,00 (meia entrada). Além disso, será fornecido o transporte, em dois dias de apresentação, para clientes de Centros de Atenção Psicossocial na cidade de Belo Horizonte (MG), visando incentivar a reintegração social, um dos maiores desafios pós reforma psiquiátrica.

Objetivos

A) Objetivo geral: Realizar a segunda temporada do espetáculo teatral “Barbacena - Fragmentos da Loucura”, com direção de Meran Vargens, inspirado no livro “Holocausto Brasileiro” (da jornalista Daniela Arbex), com um total de 8 (oito) apresentações na cidade de Belo Horizonte (MG).

B) Objetivos específicos:

· Traçar um diálogo entre a arte e o sistema de saúde psiquiátrico;

· Fomentar a discussão do modelo de tratamento em saúde mental do país, refletindo sobre os aspectos sociais e humanos da loucura;

· Introduzir os pacientes psiquiátricos na discussão da temática do espetáculo, tendo como objetivo realizar um verdadeiro intercâmbio ente o conteúdo da obra e a realidade contida em seu discurso;

· Incentivar a troca de informações entre a equipe da peça, clientes psiquiátricos e especialistas da área de psicologia e psiquiatria e estudantes da área de saúde.

Etapa de Trabalho

A) Pré-Produção (30 dias)

Contratação da equipe do projeto

Confirmação de reserva de pauta no local de realização das atividades;

Contato e articulação com grupos de Centro de Atenção Psicossocial;

Articulação de apoios e parcerias na cidade de realização da proposta;

Realização de ensaios do espetáculo;

Compra de passagens aéreas para a equipe;

Reserva de hospedagem para a equipe, na cidade de realização da proposta;

Contratação dos serviços locais necessários para a realização do projeto (ex: equipamento de sonorização e iluminação);

Elaboração das peças de divulgação do projeto;

Confecção e circulação das peças de divulgação do projeto;

Ações de assessoria de imprensa.

B) Produção (15 dias)

Apresentações do espetáculo "Barbacena – Fragmentos da Loucura"

C) Pós-Produção (15 dias)

Envio de cartas de agradecimentos aos parceiros e colaboradores;

Elaboração e envio de relatório final e prestação de contas;

Elaboração de clipping.

Acessibilidade

Será realizada uma sessão com profissionais que realizarão tradução simultânea integral através de linguagem de sinais (libras).

Sinopse de obra

Inspirado no premiado livro "Holocausto Brasileiro", da jornalista mineira Daniela Arbex, o espetáculo "Barbacena – Fragmentos da Loucura" consiste na primeira adaptação da obra em questão para os palcos. Trata-se da história do maior manicômio brasileiro, o Hospital Colônia de Barbacena, localizado na cidade de Barbacena, na serra da Mantiqueira (MG).

Especificações técnicas do produto

Não informado.

Outras Informações

Não se aplica.

Descrição da Atividade

Não se aplica.

Justificativa

Inspirado no premiado livro "Holocausto Brasileiro", eleito Melhor Livro-Reportagem do Ano pela Associação Paulista de Críticos de Arte (2013) e segundo melhor Livro- Reportagem no prêmio Jabuti (2014), o espetáculo "Barbacena – Fragmentos da Loucura" consiste na primeira adaptação da obra em questão para os palcos.

O projeto se configura enquanto uma parceria entre a produtora baiana Gabriela Rocha, responsável pela direção de produção de espetáculos como Estamira – Beira do Mundo (Rio de Janeiro – RJ) e a diretora Meran Vargens (Prêmio Braskem 2015 pela direção artística do espetáculo "O Castelo da Torre", do grupo Vilavox), contando ainda com uma equipe composta por profissionais como Aldri Anunciação (Adaptação Texto), Erick Saboya (Cenografia), Marcio Nonato (Iluminação), Georgette Fadel (Preparação corporal), Ronei Jorge e Livia Nery (Trilha sonora).

Publicado em 2013, o livro conta a história do maior manicômio do Brasil, em Barbacena, na serra da Mantiqueira em Minas Gerais. A região mineira formada por Barbacena, Juiz de Fora e Belo Horizonte agregou até a década de 80 dezenove dos vinte e cinco hospitais psiquiátricos de Minas, 80% dos leitos da saúde mental do Estado, recebendo o nome de corredor da loucura. Não sem motivos: a Organização Mundial da Saúde estabelece como referência três internações para cada mil beneficiários no país, mas em 1981,estudos do setor psiquiátrico mineiro revelaram quase cinco internações para cada grupo de mil: "a cada duas consultas e meia, uma pessoa era hospitalizada" (Arbex, 2013, p. 31).

O Hospital Colônia revelou-se maior em muitos números: em tamanho – 8 milhões de metros quadrados, em tempo de existência – de 1903 a 1980, e maior em um dado trágico: 60.000 pessoas morreram ali internadas. Os diagnósticos para internação eram feitos sem critérios médicos – pacientes com tristeza como sintoma, por exemplo, foram encontrados nos registros.

O público era variado, porém homogeneamente marginalizado: filhas de fazendeiros que haviam perdido a virgindade, esposas trocadas por amantes, prostitutas, funcionárias estupradas pelos patrões, "homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados" (Arbex, 2013, p.26), em um exemplo extremo da prática eugenista.

Um verdadeiro depósito, como afirma o cineasta e psicólogo Helvécio Ratton, que filmou o Hospital Colônia em 1979 no documentário "Em nome da razão". Tais deserdados sociais chegavam a Barbacena de trem (o escritor Guimaraes Rosa chamou-o de trem de doido), ônibus ou viatura policial, e eram triados, entregando seus pertences e tomando um banho coletivo. Mais recentemente, o Colônia tornou-se Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, com 170 pacientes internados como crônicos, e teve a última cela desativada em 1994.

Somente no final da década de 90, oficinas terapêuticas e atividades extramuros começaram a ser implantadas no hospital. Embora o hospital tenha sido desativado e

transformado parcialmente no Museu da Loucura, em 1996, o Cemitério da Paz permanece desativado e em completo abandono, construído junto ao hospital e onde foram enterrados os 60.000 mortos.

Sendo assim, o presente projeto tem como principal objetivo realizar a segunda temporada do espetáculo "Barbacena – Fragmentos da Loucura" desta vez na cidade de Belo Horizonte (BH). A peça terá estreia na cidade de Salvador (BA) no segundo semestre do ano de 2018.

A peça denuncia o desamparo humano, social, econômico e politico a que os loucos estão relegados, assim como são questionadas as condições dos hospitais psiquiátricos, dos tratamentos reduzidos, em um meio onde se corre o risco de deixar de lado a escuta do Outro.

Deste modo, a contundência no discurso da obra, somado ao poder que o teatro e a literatura têm de provocar transformações, possibilitará um intercâmbio potente e eficaz, entre a arte e a ciência. Trata-se de chamar a sociedade para reconstruir sua relação com o louco e com a loucura. De construir uma mudança em uma das mais importantes instituições sociais do nosso tempo.

Local de Realização

Pais	UF	Cidade
Brasil	Minas Gerais	Belo Horizonte

Deslocamento

Pais de Origem	UF de Origem	Cidade de Origem	Pais de Destino	UF de Destino	Cidade de Destino	Quantidade
Não informado						

PROPOSTA: 12135
PROPONENTE: GABRIELA FICO DA ROCHA
CPF: 030.361.585-02
ENDEREÇO: RUA BARãO DE SERGY NúMERO RUA BARãO DE SERGYAPARTAMENTO 11, BAIRRO BARRA CEP 40140040
MECANISMO: FUNDO DE CULTURA DA BAHIA
ATO CONVOCATÓRIO: Setorial de Teatro 2016 - 22/2016

Título:

Barbacena - Fragmentos da Loucura

Principal segmento:

Teatro

Outros segmentos envolvidos:

Áreas transversais: cultura associada a outras áreas

Natureza do Projeto

Principal:

Criação

Secundária:

Fomento

Resumo:

O presente projeto tem como objetivo viabilizar a montagem e primeira temporada, composta por 12 (doze) apresentações, do espetáculo “Barbacena – Fragmentos da Loucura”, adaptação do livro “Holocausto Brasileiro”, da jornalista e escritora Daniela Abex. Além das apresentações a proposta prevê a realização de um debate aberto ao público, com a presença da equipe, autora e Tamiris Santos, psicóloga baiana atuante na luta antimanicomial.

Descrição:

Inspirado no premiado livro “Holocausto Brasileiro”, eleito Melhor Livro-Reportagem do Ano pela Associação Paulista de Críticos de Arte (2013) e segundo melhor Livro-Reportagem no prêmio Jabuti (2014), o espetáculo “Barbacena – Fragmentos da Loucura” consiste na primeira adaptação da obra em questão para os palcos. O projeto consiste em uma parceria entre a produtora baiana Gabriela Rocha, responsável pela direção de produção de espetáculos como Estamira – Beira do Mundo (Rio de Janeiro – RJ) e a diretora Meran Vargens (Prêmio Braskem 2015 pela direção artística do espetáculo “O Castelo da Torre”, do grupo Vilavox), contando ainda com uma equipe composto por profissionais como Aldri Anunciação (Adaptação Texto), Erick Saboya (Cenografia), Marcio Nonato (Iluminação), Georgette Fadel (Preparação corporal), Ronei Jorge e Livia Nery (Trilha sonora). Publicado em 2013, o livro conta a história do maior manicômio do Brasil, em Barbacena, na serra da Mantiqueira em Minas Gerais. A região mineira formada por Barbacena, Juiz de Fora e Belo Horizonte agregou até a década de 80 dezenove dos vinte e cinco hospitais psiquiátricos de Minas, 80% dos leitos da saúde mental do Estado, recebendo o nome de corredor da loucura. Não sem motivos: a Organização Mundial da Saúde estabelece como referência três internações para cada mil beneficiários no país, mas em 1981, estudos do setor psiquiátrico mineiro revelaram quase cinco internações para cada grupo de mil: “a cada duas consultas e meia, uma pessoa era hospitalizada” (Arbex, 2013, p. 31). O Hospital Colônia revelou-se maior em muitos números: em tamanho – 8 milhões de metros quadrados, em tempo de existência – de 1903 a 1980, e maior em um dado trágico: 60.000 pessoas morreram ali internadas. Os diagnósticos para internação eram feitos sem critérios médicos – pacientes com tristeza como sintoma, por exemplo, foram encontrados nos registros. O público era variado, porém homogeneamente marginalizado: filhas de fazendeiros que haviam perdido a virgindade, esposas trocadas por amantes, prostitutas, funcionárias estupradas pelos patrões, “homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados” (Arbex, 2013, p.26), em um exemplo extremo da prática eugenista. Um verdadeiro depósito, como afirma o cineasta e psicólogo Helvécio Ratton, que filmou o Hospital Colônia em 1979 no documentário “Em nome da razão”. Tais deserdados sociais chegavam a Barbacena de trem (o escritor Guimaraes Rosa chamou-o de trem de doido), ônibus ou viatura policial, e eram triados, entregando seus pertences e tomando um banho coletivo. Mais recentemente, o Colônia tornou-se Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, com 170 pacientes internados como crônicos, e teve a última cela desativada em 1994. Somente no final da década de 90, oficinas terapêuticas e atividades extramuros começaram a ser implantadas no hospital. Embora o hospital tenha sido desativado e transformado parcialmente no Museu da Loucura, em 1996, o Cemitério da Paz permanece desativado e em completo abandono, construído junto ao hospital e onde foram enterrados os 60.000 mortos. Sendo assim, o presente projeto tem como principal objetivo realizar a montagem e primeira temporada do espetáculo “Barbacena – Fragmentos da loucura”, composta essencialmente por uma equipe de artistas locais atuantes na cena teatral da cidade de Salvador (BA). Como convidada, o projeto contará com a participação da atriz Georgette Fadel (São Paulo/SP) que realizará um workshop com o elenco da obra – o qual será selecionado a partir de audição – e promoverá uma vivência intitulada “Hai Kais do Vivido”, gratuita e aberta a um público de 20 artistas (que serão selecionados a partir de inscrição), a qual engloba uma compilação de procedimentos, de exercícios, que têm a ver com relaxamento, consciência corporal, consciência vocal e respiração. Como ações complementares, a proposta viabilizará um debate entre o público presente na sessão de estreia da peça, a equipe do espetáculo, a autora e uma convidada da área de saúde. Por fim, será fornecido o transporte, em dois dias de apresentação, para clientes de Centros de Atenção Psicossocial, visando incentivar a reintegração social, um dos maiores desafios pós reforma psiquiátrica.

Justificativa:

No campo da Psicologia e da Psicanálise, com frequência debatemos as práticas manicomiais e opomo-nos a elas. O estudo da história das instituições médicas para o tratamento das chamadas doenças mentais fornece fortes argumentos para a defesa de concepções de tratamento que se baseiam em premissas opostas aquelas usadas no Colônia. No entanto, temos testemunhado o empoderamento das Ciências Médicas no tratamento de pessoas com grande sofrimento mental, dada a enorme presença das concepções biológicas na compreensão da saúde mental na atualidade. Isto presentifica práticas (geralmente a internação e o excesso de medicação, muitas vezes a nova camisa de forcas)

que desconsideram as especificidades e conquistas deste campo terapêutico. O lugar destinado ao chamado doente mental expressa, como a sociedade brasileira é excludente, rígida e hierarquizada. Se faz mais do que urgente uma reforma no cenário psiquiátrico, visando a manutenção do louco na vida social pra que ele possa, nos constrangimentos impostos por sua condição psíquica, exercer-se como sujeito - apontando assim para a construção de uma sociedade mais inclusiva e com efeitos positivos no que se refere a cidadania brasileira. O espetáculo “Barbacena - Fragmentos da Loucura” denuncia o desamparo humano, social, econômico e politico a que os loucos estão relegados, assim como são questionadas as condições dos hospitais psiquiátricos, dos tratamentos reduzidos, em um meio onde se corre o risco de deixar de lado a escuta do Outro. Deste modo, a contundência no discurso da obra, somado ao poder que o teatro e a literatura têm de provocar transformações, possibilitará um intercâmbio potente e eficaz, entre a arte e a ciência. Trata-se de chamar a sociedade para reconstruir sua relação com o louco e com a loucura. De construir uma mudança em uma das mais importantes instituições sociais do nosso tempo.

Objetivos:

- OBJETIVO GERAL: Realizar a montagem do espetáculo teatral “Barbacena - Fragmentos da Loucura”, com direção de Meran Vargens, inspirado no livro “Holocausto Brasileiro” (da jornalista Daniela Arbex), com um total de 12 (doze) apresentações na cidade de Salvador (BA). - OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Traçar um diálogo entre a arte e o sistema de saúde psiquiátrico; Fomentar a discussão do modelo de tratamento em saúde mental no país, refletindo sobre os aspectos sociais e humanos da loucura; Introduzir os pacientes psiquiátricos na discussão da temática do espetáculo, tendo como objetivo realizar um verdadeiro intercâmbio entre o conteúdo do espetáculo e a realidade contida no discurso do mesmo; Incentivar a troca de informações entre a equipe do espetáculo, pacientes psiquiátricos, especialistas da área de psicologia e psiquiatria e estudantes da área de saúde;

Metas

1. Apresentações espetáculo — Estimativa Público: 2000

12 unidade — **De: 01/06/2018 a 24/06/2018**
Local: A definir
Salvador/Bahia Brasil

2. Oficina "Hai Kais do Vivido", com Georgette Fadel — Estimativa Público: 20

1 unidade — **De: 15/05/2018 a 15/05/2018**
Local: A definir
Salvador/Bahia Brasil

3. Debate aberto ao público — Estimativa Público: 150

1 unidade — **De: 01/06/2018 a 01/06/2018**
Local: A definir
Salvador/Bahia Brasil

Informações adicionais sobre público:

O público do projeto é formado, principalmente, por jovens e adultos, estudantes universitários, secundaristas, classe artística, acadêmicos, educadores, empresários,profissionais da cultura,representantes de instituições públicas e profissionais da área de saúde.

Roteiro

Etapa	Início	Fim
1. Contratação equipe	02/01/2018	12/01/2018
2. Adaptação dramaturgia	15/01/2018	15/02/2018
3. Audição elenco	20/02/2018	24/02/2018
4. Concepção e produção dos projetos de cenografia, figurino e iluminação	01/03/2018	30/05/2018
5. Realização de ensaios	01/03/2018	30/05/2018
6. Concepção trilha sonora	01/03/2018	30/05/2018
7. Oficina com Georgette Fadel	15/05/2018	15/05/2018
8. Montagem e realização da temporada e bate papo com equipe	29/05/2018	24/06/2018
9. Concepção, produção e circulação das peças de divulgação	12/03/2018	24/06/2018
10. Ações de assessoria de imprensa	22/05/2018	24/06/2018
11. Clipping	25/06/2018	27/07/2018
12. Relatório final e prestação de contas	25/06/2018	27/07/2018

Duração do Projeto
Início: 02/01/2018 **Término:** 27/07/2018

Distribuição

Plano de acesso: Todas as ações do projeto serão gratuitas e abertas ao público.

1. Espetáculo Barbacena - Fragmentos da Loucura — **2000 ingressos/exemplares**
Valor Unit: R$0,00

Distribuição Gratuita

SECULT [0] Outros [2000]

Comercialização

Preço Normal [0] Receita estimada [R$ 0,00]

Meia-entrada [0] Receita estimada [R$ 0,00]

Receita Total: R$0,00

Ficha técnica

Nome	CPF	Função	Remunerado via FCBA
Aldre Antonio Alves da Anunciação	63386348572	Dramaturgista	Sim
Meran Muniz da Costa Vargens	26418754549	Diretora	Sim
Tamires Santos Sapucaia	04020857520	Convidada mesa	Não
Ronei Jorge Martins da Silva Junior	77955382587	Diretor Musical	Sim
Livia Brandão Nery	81131739515	Diretora Musical	Sim
Marcio Nonato Macedo de Freitas Aviz Rodrigues	78782333572	Iluminador	Sim
Daniela Arbex	97513032653	Autora livro	Sim
Gabriela Fico da Rocha	03036158502	Diretora de produção	Sim
Georgette Fadel	25532522855	Preparadora corporal	Sim
Georgette Fadel	25532522855	Ministrante oficina	Não

Contato para esclarecimentos

Nome		CPF	Função
Gabriela Fico da Rocha		03036158502	Diretora de produção
Telefone	**Celular**	**Fax**	**E-mail**
	71991884365		gabriela.giroproducoes@gmail.com

Informações Adicionais

Observações Adicionais:

Informações sobre apoios financeiros Informar se o projeto já foi beneficiado ou encontra se em tramitação em algum mecanismo de apoio, como Lei Rouanet, FNC, FAZCULTURA, FBCA e/ou outros mecanismos existentes Informações Adicionais

Ano	Mecanismo	Projeto/Nº	Situação	Valor
				R$ 0,00

Orçamento

1. Produção

Qtd.	Item/Serviço	Qtd.Unid	Unid. de medida	Valor unit.	Valor total	Fornecedor
1	Dramaturgista (cachê)	1	cachê	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00	Pessoa Física
1	Autora Livro	1	cachê	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00	Pessoa Física
1	Diretora Artística	2	cachê	R$ 4.000,00	R$ 8.000,00	Pessoa Física
1	Assistente de direção	1	cachê	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00	Pessoa Física
6	Ator/ Atriz	3	cachê	R$ 1.500,00	R$ 27.000,00	Pessoa Física
1	Cenógrafo	1	cachê	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00	Pessoa Física
1	Figurinista	1	cachê	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00	Pessoa Física
1	Iluminador	1	cachê	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00	Pessoa Física
2	Diretor musical	1	cachê	R$ 2.000,00	R$ 4.000,00	Pessoa Física
1	Técnico de som	12	diária	R$ 150,00	R$ 1.800,00	Pessoa Física
1	Técnico de luz	12	diária	R$ 150,00	R$ 1.800,00	Pessoa Física
1	Cenotécnico operação	12	diária	R$ 150,00	R$ 1.800,00	Pessoa Física

1	Cenotécnico - construção e montagem	1	serviço	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	Pessoa Física
1	Passagem aérea autora (Belo Horizonte x Salvador x Belo Horizonte)	1	passagem	R$ 700,00	R$ 700,00	Pessoa Jurídica
1	Hospedagem autora	1	diária	R$ 200,00	R$ 200,00	Pessoa Jurídica
1	Alimentação autora	1	diária	R$ 70,00	R$ 70,00	Pessoa Física
1	Diretor de produção	5	mês	R$ 2.000,00	R$ 10.000,00	Pessoa Física
1	Preparadora vocal	1	cachê	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00	Pessoa Física
1	Preparadora corporal	1	cachê	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00	Pessoa Física
1	Passagem aérea preparadora corporal	1	passagem	R$ 720,00	R$ 720,00	Pessoa Jurídica
1	Hospedagem preparadora corporal	6	diária	R$ 150,00	R$ 900,00	Pessoa Jurídica
1	Alimentação preparadora corporal	6	diária	R$ 60,00	R$ 360,00	Pessoa Física
1	Transporte clientes Centro de Atenção Psicossocial	1	verba	R$ 700,00	R$ 700,00	Pessoa Jurídica
1	Produtor executivo	4	mês	R$ 1.000,00	R$ 4.000,00	Pessoa Física
1	Assistente de produção	5	mês	R$ 500,00	R$ 2.500,00	Pessoa Física
1	Pauta (Local apresentação)	12	diária	R$ 800,00	R$ 9.600,00	Pessoa Jurídica
1	Material de cenário e iluminação	1	verba	R$ 9.500,00	R$ 9.500,00	Pessoa Jurídica
1	Material de figurino e maquiagem	1	verba	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00	Pessoa Jurídica
1	Transporte (combustível, taxi, carretos)	1	verba	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00	Pessoa Jurídica
1	Despesas de Manutenção (cópias, material de informática, material de papelaria)	1	verba	R$ 400,00	R$ 400,00	Pessoa Jurídica

Subtotal de Produção: R$121.550,00

2. Divulgação

Qtd.	Item/Serviço	Qtd.Unid	Unid. de medida	Valor unit.	Valor total	Fornecedor
1	Assessoria de Comunicação	1	serviço	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00	Pessoa Física
1	Banner Fachada	1	unidade	R$ 600,00	R$ 600,00	Pessoa Jurídica
1	Cartaz	100	unidade	R$ 3,50	R$ 350,00	Pessoa Jurídica
1	Folder - Programas	1000	unidade	R$ 2,20	R$ 2.200,00	Pessoa Jurídica
1	Projeto gráfico	1	serviço	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00	Pessoa Física

1	Registro fotográfico	1	serviço	R$ 800,00	R$ 800,00	Pessoa Física
1	Registro Audiovisual + Edição	1	serviço	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00	Pessoa Física

Subtotal de Divulgação: R$10.450,00

Total do Orçamento do Projeto: R$132.000,00

5. Outras fontes de financiamento

Tipo de fonte	Tipo de fonte (descrição)	Valor	Situação de captação
Arrecadação		R$ 3.000,00	Em fase de captação

Total de Outras fontes de financiamento: R$ 3.000,00